

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Contributos para uma narrativa patrimonial sobre a freguesia de Alcântara

Margarida Duarte Silva

Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura

Orientadores:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada,

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Sofia Macedo Magrinho, Professora Auxiliar Convidada

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Contributos para uma narrativa patrimonial sobre a freguesia de Alcântara

Margarida Duarte Silva

Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura

Orientadores:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada,

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Sofia Macedo Magrinho, Professora Auxiliar Convidada

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

Agradecimentos

À medida que vamos crescendo, percebemos quem são as pessoas que vale a pena manter do nosso lado e que contribuem para o nosso constante crescimento pessoal. Felizmente, tive a sorte de conhecer as pessoas certas que me ajudaram a compreender outras realidades e a tornar-me, cada vez mais, na pessoa que eu ambiciono ser. Não há agradecimento que chegue para os amigos que me acompanharam e acompanham nos momentos mais marcantes da minha vida, uns mais perto, outros mais longe, todos com impacto na minha formação. O 478 – o Leo, o Benny, a Bruna, o Bruno, a Ol, a Teresa e a Bá – mostrou-me a vida de diferentes perspetivas. Estas pessoas em nada contribuíram para esta dissertação, mas contribuíram para a pessoa que sou hoje, para as causas que acredito e para os direitos que defendo. Estes companheiros da vida lisboeta, com quem partilho casa, emoções, discussões, causas e aprendizagens, mostraram-me uma vida mais divertida. Estão lá para noites de estudos e para noites de festa e eu tenho a certeza de que serão os meus companheiros em qualquer parte do mundo, Lisboa foi só o início. Além disso, haverá sempre um *sunset* e uma nova *season* de RuPaul Drag Race para nos manter juntos. Tenho a sorte de ter encontrado um grupo de *F.R.I.E.N.D.S.*

Há quem diga que é na faculdade que encontramos as amizades da nossa vida e certamente que conheci pessoas que me vão acompanhar para onde quer que eu vá. Agradeço particularmente a duas pessoas que foram muito importantes no meu trajeto, à minha companheira de museus, de concertos e de viagens e a minha maior inspiração para nunca desistir, a Raquel Mira; e ao Flávio Encarnação, que sempre soube o que me dizer nos momentos certos.

Um agradecimento especial à minha família que, apesar de todas as dificuldades, souberam sempre apoiar-me nas minhas decisões. Sem os meus avós, Uai e Necas, os meus irmãos, Miguel e Zé e os meus pais, Paulinha e Adriano, teria sido mais difícil. Obrigada por todos os esforços, todo o carinho e orgulho que sempre mostraram.

Por último, um obrigado às minhas orientadoras - à professora Maria João Vaz, que me acompanha desde o meu primeiro ano de licenciatura e desde aí tem sido um exemplo para mim; e à professora Sofia Magrinho, que sempre se certificou que eu não desistia desta dissertação e assegurou-me das minhas capacidades.

Resumo

O património cultural é um fator de unificação e identificação das sociedades. Reconhecer o valor do património é indispensável para a salvaguarda do mesmo e salvaguardar o património é uma forma de preservar a história coletiva de determinado grupo. Este reconhecimento dos valores patrimoniais de determinada comunidade ou grupo, permite a criação de narrativas interpretativas com as quais as sociedades se podem identificar e ligar. O presente trabalho recai na identificação de valores patrimoniais (materiais e imateriais) existentes na freguesia de Alcântara, Lisboa, que possam fundamentar a construção de narrativas sobre este espaço, numa perspetiva de envolvimento e ligação com a comunidade, assim como de valorização turística. Ao compreender quais os bens patrimoniais que são mais relevantes bem como os que apresentam um maior significado para os habitantes da freguesia de Alcântara é possível propor uma narrativa para o Alcântara, assente nos seus valores patrimoniais.

Palavras-chave: Alcântara; Património Cultural; Narrativas interpretativas; História de Alcântara.

Abstract

Cultural Heritage allows the unification and identity of given communities. Acknowledging the importance of Cultural Heritage is essential towards its preservation. Heritage preservation grants the maintenance of the collective history. This acknowledgment of heritage assets, belonging to a certain community or group, sets the basis to create interpretative discourses to which communities can identify and connect. This work identifies cultural heritage assets (material and intangible) in the neighbourhood of Alcântara, in Lisbon. Identifying these assets allows the creation of discourses in connection with the community as well as treasuring tourism in this area. Through the analysis of the most relevant assets and the ones with most significance for the inhabitants of Alcântara it was possible to propose a narrative based on its heritage assets.

Keywords: Alcântara, Cultural heritage; Interpretative Discourses, Alcântara's history

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS.....	VII
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. A FREGUESIA DE ALCÂNTARA.....	7
2.1 A localização da freguesia.....	7
2.2 Caracterização socioeconómica da freguesia.....	9
2.3 História de Alcântara.....	12
2.3.1 A Batalha de Alcântara.....	13
2.3.2 O Palácio Real de Alcântara.....	14
2.3.3 O terramoto de 1755 e a industrialização de Alcântara.....	15
2.3.4 O republicanismo na freguesia de Alcântara.....	17
3. AS NARRATIVAS DE ALCÂNTARA.....	19
3.1 O Estado de Arte.....	19
3.2 A importância da criação de narrativas.....	24
4. ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA SOBRE ALCÂNTARA.....	33
4.1 O património cultural material.....	33
4.2 Manifestações culturais e quotidianos comunitários na freguesia de Alcântara.....	43
CONCLUSÃO.....	53
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	55
FONTES.....	55
BIBLIOGRAFIA.....	58

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.2. Freguesia de Alcântara.....	9
Figura 2.2. População Residente em Alcântara, dividida por faixa etária.....	10
Figura 3.3. “Frontaria e fachada lateral do Palácio Sabugosa, em Santo Amaro, vendo-se a porta que conduzia à «Quinta Cesárea»”..	29
Figura 4.4. O património cultural imóvel na freguesia de Alcântara, categoria de prédios urbanos..	34
Figura 5.4. O património cultural imóvel na freguesia de Alcântara, categoria de equipamentos sociais.....	37
Figura 6.4. O património cultural imóvel na freguesia de Alcântara, categoria de igrejas, conventos e mosteiros.	39
Figura 7.4. O património cultural imóvel na freguesia de Alcântara, categoria de palácios e palacetes.	40
Figura 8.4. O património cultural imaterial na freguesia de Alcântara, categoria de espaços verdes	42
Figura 9.4. Biblioteca de Alcântara no Palacete dos Condes de Burnay.....	44
Figura 10.4. Placa em memória de José Dias Coelho na Rua José Dias Coelho	45
Figura 11.4. Balneário Público de Alcântara na Rua Padre Adriano Botelho.....	46
Figura 12.4. Estatueta em homenagem ao jogador de futebol Germano de Figueiredo, na Rua de Alcântara	48

1. INTRODUÇÃO

O património cultural pode ser um importante fator de união das sociedades.

A história e a memória que os bens patrimoniais representam traduzem-se nas estruturas, nas tradições e vivências das comunidades ao longo dos séculos. Inicialmente, o património: “bela e muito antiga palavra, estava na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.” (Choay, 2014: 11). No entanto, o desenvolvimento das sociedades levou à metamorfose do conceito de património, despertando a necessidade de proteger e preservar a história e a memória de bens materiais e imateriais. Neste sentido, na Convenção para Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, que se reuniu em Paris entre 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, consta, no artigo 1º, que devem ser considerados como património cultural:

“Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (UNESCO, 1972).

Estas noções foram reforçadas na Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, realizada a 27 de outubro de 2005, em Faro.

Na Convenção de Faro, além de se definir como devemos estabelecer e valorizar o património cultural, também é considerado o que é uma comunidade patrimonial: “Uma comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspetos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras”¹. Esta convenção define como é que a sociedade deve aplicar os valores transmitidos pelos bens patrimoniais no seu quotidiano e na história da comunidade de modo a dar continuidade a essas premissas.

¹ Texto da Convenção de Faro. *Diário da República*, Série I, n.º 177 de 12 de setembro de 2008, artigo 2.º, alínea b).

As comunidades criam narrativas em volta dos bens patrimoniais que as rodeiam e é neste sentido que se enquadra a minha investigação. A cidade de Lisboa tem crescido enquanto polo turístico nos últimos anos, inclusive venceu o prémio “World Travel Award” por quatro anos consecutivos (2017 a 2020)². Assim, o turismo na capital portuguesa tem vindo a desenvolver-se cada vez mais, para responder à procura dos turistas. Nesse sentido é de referenciar que o Plano Estratégico 2015-2019 para o turismo na região de Lisboa que atingiu todos os seus objetivos e este sucesso reforça o papel do turismo enquanto atividade económica e social predominante na cidade de Lisboa.

A avaliação realizada no Plano Estratégico de Turismo 2020-2024 aponta uma concentração de turistas no centro histórico da capital, mas outras áreas da cidade estão a ganhar cada vez mais afluência e procura, sendo um desses casos a freguesia de Alcântara³. Uma zona que se localiza entre Belém, Ajuda e Estrela, áreas já procuradas pelos turistas, Alcântara integra o Plano 2020-2024 com o intuito de dispersar o turismo do centro e promover cada vez mais esta freguesia, entre outras. Nos últimos anos, Alcântara tem se tornado um polo procurado pelas pessoas mais interessadas na arte, cultura e vida noturna.

A história de Alcântara passa pelo reconhecimento da existência de um conjunto de elementos que permitiu o seu desenvolvimento: numa época mais antiga, uma ribeira que corria num dos vales da cidade e que levou à construção de uma ponte que unia as duas margens. *Al-Quantārā*, é o vocábulo árabe que deu origem ao nome da freguesia, baseado na ponte romana que ali se instalou no século III (Jorge, 1994: 37). Durante séculos esta área era um arrabalde do termo de Lisboa, que viu acontecer a Batalha de Alcântara entre as tropas de D. António, Prior do Crato e D. Filipe II, de Espanha, I de Portugal. Os acontecimentos da noite de 24 de agosto de 1850 foram um fator crucial para a vitória de D. Filipe II, que acabou por ser coroado rei de Portugal e o país viveu sobre o domínio castelhano durante sessenta anos.

O terramoto de 1755 foi a chave para o desenvolvimento e transformação de Alcântara arrabalde para uma área mais qualificada. As consequências do sismo na capital levaram a população e a própria família real a deslocar-se para a zona mais periférica de Lisboa, que não tinha sido afetada pelos acontecimentos. A mudança da família real e famílias nobres para a área de Alcântara levou, naturalmente, à ocupação e construção de casas e palácios.

² Sobre este assunto ver <https://www.worldtravelawards.com/profile-8079-turismo-de-lisboa>.

³ Relatório final do Plano Estratégico de Turismo para a região de Lisboa 2020-2024, disponível em https://www.lisboa.pt/fileadmin/Atualidade/noticias/user_upload/Relatorio_Final_Planos_Estrategico_-2020-2024_compressed.pdf

O plano para a reconstrução da cidade de Lisboa fez-se acompanhar pelo processo de industrialização da mesma. A industrialização foi um dos outros aspetos para o desenvolvimento da freguesia. Alcântara foi um dos polos industriais da capital devido à sua abundância de recursos que permitiam o sucesso e desenvolvimento da indústria. Assim, ao longo do século XVIII e XIX estabeleceram-se, em primeiro lugar, fábricas de curtumes e têxteis e, mais tarde, do setor alimentar. Este desenvolvimento da freguesia e o novo papel que tomou na história de Lisboa, impulsionou o aparecimento dos bairros operários. Estes bairros eram áreas habitacionais, associadas a uma fábrica ou conjunto de fábricas, para acolher os operários e as suas famílias.

Neste sentido, a concentração de operários no local, tornou Alcântara num dos centros de difusão de ideias socialistas e republicanas e a freguesia teve um papel crucial na Implantação da República a 5 de outubro de 1910:

“A vitória da revolução republicana, no plano militar, assentou, em larga escala, na disciplina e determinação dos marinheiros revolucionários do quartel de Alcântara, tendo em conta que só esta unidade e a Infantaria 16 iniciaram a acção segundo os planos previstos.” (Cunha, 1981:60).

A história da freguesia de Alcântara reflete-se, atualmente, nos bens patrimoniais que estão presentes na área. Deixou de ser uma zona operária para se tornar numa freguesia popular da cidade de Lisboa e hoje, um polo de atração turístico.

A procura por Alcântara enquanto zona turística e a preocupação da Associação de Turismo de Lisboa em incluir esta área no novo plano para o desenvolvimento do turismo, leva-me a questionar qual é, efetivamente, a narrativa que existe na freguesia. Quais são as áreas que podem ser potenciadas a nível turístico? Qual é a narrativa cultural que vigora nesta área? Estará ela bem representada? O intuito desta dissertação é avaliar a narrativa cultural presente em Alcântara, a sua história, o que foi escrito nos séculos passados, o que é estudado nos dias de hoje e sobretudo, o que é que a comunidade alcantarense reconhece como património e história nesta freguesia. Consoante os dados que me são apresentados, irei propor uma narrativa para o património cultural de Alcântara.

O presente trabalho de investigação baseia-se numa pesquisa bibliográfica, com recurso a fontes orais e escritas. De modo a compreender a localização e o território de Alcântara, a minha pesquisa passou por reconhecer primeiramente os limites da cidade de Lisboa ao longo dos séculos. É neste sentido que as publicações de Augusto Vieira da Silva contribuíram para a realização desta dissertação:

“O território do Termo de Lisboa ficava todo a norte e a poente da Cidade e do rio Tejo. As suas dimensões primitivas são desconhecidas, e a sua extensão territorial variou conforme as divisões administrativas e judiciais decretadas em diversas épocas, e consoante as correntes políticas dos governantes.” (Silva, 1968:35).

No que diz respeito às informações socioeconómicas da freguesia de Alcântara, recorri aos Censos 2011, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Através do recenseamento feito em 2011 é possível identificar a faixa etária da população, o número de habitantes, os edifícios total ou parcialmente habitacionais e os alojamentos. Luca Zarrilli e Miguel Brito, ainda neste ponto, contribuíram para a introdução de Alcântara como uma zona trendy da cidade de Lisboa e conseqüente potencial turístico:

“Alcântara neighbourhood in Lisbon has good conditions to develop as a tourist destination in the next few years. It is probably the best district of Lisbon to recall the industrial era.” (Zarrilli e Brito, 2017:254).

Frédéric Vidal, no artigo “Urban transformation and diffusion of tourist practices: visiting Alcântara at the turn of the twentieth century” também explora o potencial turístico da freguesia, mas sobretudo, analisa a forma como Alcântara era uma área invisível no século XIX e, com a viragem do século, transformou-se de uma área industrial a popular. Conclui que a herança industrial tem um peso no turismo desde o final dos anos 80 do século XX.

A história da freguesia foi fundamentalmente baseada nas entradas do *Dicionário da História de Lisboa* de Francisco Santana e Eduardo Sucena, principalmente sobre a Batalha de Alcântara e a era industrial. Para complementar estas entradas, recorri ao “Guia de A Capital” de Meira da Cunha sobre os Bairros Lisboa; a artigos do *Archivo Pittoresco* que relatam os acontecimentos da Batalha de Alcântara; os contributos de Jorge Custódio e Renato Pistola relativamente à história industrial e o seu impacto; e a investigação de Maria Augusta Seixas sobre “As Operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República” que me permitiu desenvolver a história republicana da freguesia. Entre estes, destacam-se também os trabalhos de Maia Ataíde sobre os monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa; de Nunziatella Alessandrini que trata italianos nos bairros de Lisboa; e João Paulo Freire, “Alcântara: apontamentos para uma monografia”.

O último capítulo desta dissertação trata-se de uma pesquisa no site do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). Este sistema de informação documenta o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português e é gerido pela Direção Geral do

Património Cultural. Através desta pesquisa conclui quais eram os elementos patrimoniais da freguesia de Alcântara para o sistema português e dividi-os em cinco categorias: prédios urbanos; equipamentos sociais; edifícios religiosos (igrejas, conventos e mosteiros); palácios e palacetes; e espaços verdes.

As fontes orais foram fundamentais para compreender esta dissertação. Além de perceber quais são os elementos considerados património cultural pela Direção Geral de Património Cultural e entender quais os estudos que foram feitos e ainda são sobre a freguesia, é imprescindível perceber quais os elementos patrimoniais com os quais a comunidade alcantareense se identifica. Assim, tratei de comunicar com famílias residentes na freguesia de modo a captar o que realmente é a essência de Alcântara para quem cresceu nesta área e conhece as suas histórias. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com três perguntas abertas que permitissem aos entrevistados responder, sem qualquer restrição sobre o tema. Estas conversas foram realizadas *online* e por telefone, na impossibilidade de serem concretizadas presencialmente.

É neste sentido que esta ligação com a comunidade me permitiu compreender quais são as tradições, os locais mais sentimentais para a população e as memórias daquilo que a freguesia representa.

2. A FREGUESIA DE ALCÂNTARA

2.1 A localização da freguesia

Alcântara foi se transformando através dos séculos e, conseqüentemente, a sua localização. Uma zona limite da cidade, onde outrora existiam apenas arrabaldes e moinhos, localizada na periferia de Lisboa, chegou aos dias de hoje sendo umas das freguesias constituintes do coração da capital.

O terramoto de 1755 impulsionou o desenvolvimento desta área, que foi profundamente influenciada pela instalação de indústrias, com os bairros operários e com a concentração populacional. Alcântara passou de ser uma zona rural onde a nobreza passava uma temporada para uma área industrial e populosa, na periferia da urbe de Lisboa. Estas transformações estiveram na gênese da criação da Freguesia de São Pedro em Alcântara (Custódio, 1994: 32).

Em 1968, o olissipógrafo Augusto Vieira da Silva publicou os seus estudos sobre o Termo de Lisboa. Neles, é possível observar as alterações que a capital sofreu ao longo dos séculos e, com efeito, as mudanças na área de Alcântara. Desta forma, é necessário compreender o Termo de Lisboa para entendermos as mutações que Alcântara foi sofrendo.

Os documentos mais antigos que fazem referência ao Termo de Lisboa são as quatro cartas de doação feitas à cidade, por D. João I em 1385. Nesta data, o Termo incluía um vasto território que compreendia as áreas de Torres Vedras, Sintra, Alenquer, Ericeira e Mafra até ao rio Tejo. Contudo, algumas destas vilas conseguiram, através de prerrogativas, adquirir a sua autonomia e deixaram de estar integradas no Termo de Lisboa.

O rei D. João III, mandou elaborar um censo geral ao reino, por carta régia a 17 de julho de 1537. Através destes dados, reconhece-se que na época, o Termo abrangia uma área de 34 km no sentido norte-sul e 19 km, no sentido este-oeste. O Termo manteve mais ou menos as suas fronteiras até 1742, data em que Alcântara, que pertencia à freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, foi considerada, pela primeira vez, nos documentos oficiais da cidade.

No ano de 1836, foi promulgada uma nova divisão administrativa do reino e, o Termo de Lisboa sofreu um extenso corte no território a norte. Entre 1836 e 1852, não se deram grandes alterações, data em que a remodelação administrativa da cidade de Lisboa colocou fim ao Termo e daí nasceram dois concelhos: Olivais e Belém. Alcântara, que em 1770 adquiriu a sua independência da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, ficou dividida em duas partes devido à Estrada da Circunvalação. Isto é, a zona de Alcântara Intramuros pertencia aos Olivais e a área de Alcântara Extramuros, estava anexada ao concelho de Belém. A divisão de Alcântara em duas áreas pertencentes a concelhos diferentes não vigorou por muitos anos. Na reforma administrativa do município de Lisboa de 1885, estabeleceu-se uma nova linha de

circunvalação que aumentou o território e extinguiu o concelho de Belém, unindo de novo Alcântara.

O decreto de 26 de setembro de 1895 estabeleceu, novamente, os limites da cidade de Lisboa (Silva,1968:53) que assim permaneceram até 2012. Em 1912, a freguesia obteve a sua atual denominação – Alcântara – oficializada no Decreto de 24 de Agosto de 1912 (Valente, coord., 2011). O decreto de 7 de fevereiro de 1959 estabeleceu a anexação de novas freguesias em Lisboa. O aumento da população, o desenvolvimento urbanístico na capital e a criação de novas paróquias ao longo da primeira metade do século XX, foram os motivos que levaram à criação de 12 freguesias (Alves,2004:2). Esta reorganização administrativa da cidade representou, para Alcântara, uma alteração dos seus limites territoriais, uma vez que parte da sua área passou a integrar a freguesia dos Prazeres.

A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que corresponde à última reforma administrativa de Lisboa, anexou e extinguiu freguesias. Lisboa deixou de ter 53 freguesias e passaram a existir apenas 24. Segundo o Capítulo II, artigo 9º, alínea 1) c) da Lei n.º 56/2012, os limites de Alcântara compreendiam:

“a sul - talvegue do rio Tejo; a nascente - Doca de Alcântara, viaduto de Alcântara, Rua de Cascais, Rua de João de Oliveira Miguéns, Avenida de Ceuta; a norte - Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco, Autoestrada A5; a poente - Tapada da Ajuda, Rua de D. João de Castro, Rua de Diogo Cão, Rua da Quinta do Almargem, Rua de Pinto Ferreira, Rua da Junqueira, Rua de Mécia Mouzinho de Albuquerque”.

A freguesia de Alcântara compreende uma área de 4,40km² e quase metade do seu território é uma mancha verde, correspondente ao Parque Florestal do Monsanto e Tapada da Ajuda (Figura.1.2).



Figura 1.2. Freguesia de Alcântara, identificada com o limite de cor azul. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, 2018⁴.

2.2 Caracterização socioeconómica da freguesia

O Instituto Nacional de Estatística refere que

“segundo os Princípios e Recomendações da ONU (2006), os Censos são entendidos como processos normalizados de recolha, tratamento, avaliação, análise e difusão de dados referenciados a um momento temporal específico e respeitantes a todas as unidades estatísticas (indivíduos, famílias, alojamentos e edifícios) de uma zona geográfica bem delimitada, normalmente o país”⁵

O último recenseamento feito à população portuguesa foi em 2011 e, como base nesses dados, conseguimos responder a algumas questões de cariz demográfico, económico e administrativo, neste caso referente à freguesia de Alcântara.

De acordo com os Censos de 2011, observa-se que Alcântara era constituída, por 6.591 famílias e um total de 13.943 habitantes. Na Figura 2.2. verifica-se que a maioria da população residente em Alcântara tem entre os 25 e os 64 anos, correspondendo a um total de 7.179 indivíduos (51% da população). A população mais idosa é a segunda com maior peso populacional nesta área, com cerca de 4000 indivíduos (29%) e por último, as crianças e jovens

⁴ “Freguesia de Alcântara” (online), *Lisboa Aberta - Câmara Municipal de Lisboa*. Disponível em: <http://lisboaaberta.cm-lisboa.pt/index.php/pt/informacao-de-base-e-cartografia>, acessado a 30 ago 2020.

⁵ INE, “O que são os Censos?” (online). Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_o_que_sao, acessado a 26 ago 2020.

(0 aos 24 anos) que são no total, 2.764 sujeitos. Assim, Alcântara é habitada maioritariamente por uma população adulta e envelhecida.

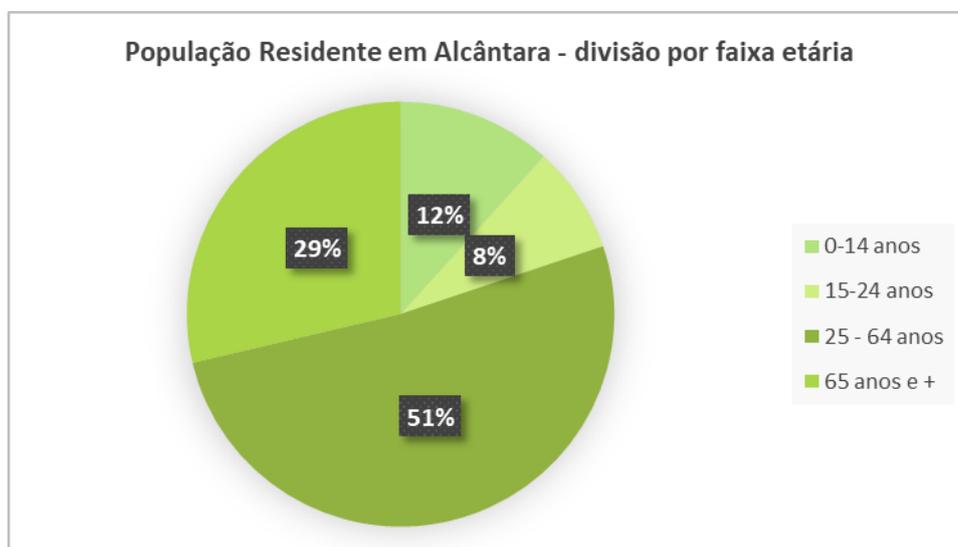


Figura 2.2. População Residente em Alcântara, dividida por faixa etária. Fonte: INE (2011)

No que diz respeito a atividades socioeconómicas, segundo os dados providos pelos censos de 2011, sobre a população residente, segundo estado civil legal e sexo, por grupo socioeconómico, verificamos que em Alcântara, cerca de 7.632 habitantes não possuem uma atividade económica. A área de trabalho em que os habitantes se concentram mais é serviços administrativos e comércio, contando com cerca de 1.707 indivíduos, seguindo-se os quadros intelectuais e científicos, com 1.338 trabalhadores. Os dados refletem pouca aderência ao setor primário nesta freguesia, sendo que apenas quatro pessoas integram trabalhos neste departamento.

Na sua área de 4,40 km², Alcântara alberga neste espaço cerca de 1.659 edifícios total ou parcialmente habitacionais⁶ e 8.920 alojamentos⁷. A maioria dos prédios caracterizam-se por serem baixos e a área (m²) é média a pequena. Os alojamentos de ocupação predominantemente residencial são constituídos maioritariamente por três a quatro divisões, mas também cinco ou mais.

A freguesia de Alcântara sofreu grandes transformações ao longo dos séculos, o que se traduz nos dias de hoje numa rica herança cultural na cidade de Lisboa:

⁶ INE (2011) Censos: alojamentos, famílias, pessoas residentes e pessoas presentes, segundo o tipo de alojamento.

⁷ INE (2011), Censos: edifícios, segundo o número de pisos, por tipo de edifício e número de alojamentos.

“Situating by the river Tagus, next to the museum district of Lisbon (Belém), and not far from the town centre (Baixa), it presents a different tourist supply – besides the traditional local heritage, composed of monuments, palaces and museums, it is probably the best district of Lisbon to recall the industrial era, its buildings, activities and ways of life” (Zarrilli e Brito, 2017: 256).

Alcântara proporciona aos seus visitantes uma experiência única, devido à sua construção industrial, tornando-a num dos locais mais *trendy* de Lisboa. Durante o dia os turistas ocupam-se com fantásticos restaurantes, livrarias, pequenos negócios e *street art* e à noite, as ruas do bairro, as discotecas e os bares enchem-se de pessoas. Nesta freguesia há vida durante o dia e durante a noite, o que atrai muitos turistas, principalmente os mais jovens (Zarrilli e Brito, 2017).

A tendência para a procura de sítios *trendy* e singulares levou Alcântara a estar incluída na lista de locais essenciais a visitar, principalmente o *LX Factory e Village Underground*. O *LX Factory* é uma zona atualmente constituída por escritórios de designers, ateliers de arte, *start-ups*, cafés, livrarias, restaurantes, bares, *escape rooms*, concertos e atividades culturais (Zarrilli e Brito, 2017:263). Esta área era um complexo industrial onde se encontravam a Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonense e a Gráfica Mirandela e foi transformado, mantendo o seu aspeto fabril, mas também contemporâneo. O *LX Factory* tornou-se um dos pontos mais interessantes para se visitar na cidade de Lisboa e tem vindo a atrair cada vez mais turistas, um projeto que constitui um sucesso a nível cultural, económico e turístico, “the area has become an important touristic spot, a symbol for a trendy and contemporary Lisbon, recognised without delay by international press and international tourist publications” (Vidal, 2014: 129). O mesmo acontece com o *Village Underground*, localizado ao lado do *LX Factory*. Esta área é mais pequena, mas também atrai muitos visitantes devido ao seu aspeto peculiar, constituído por contentores cobertos de *street art* e dois autocarros antigos que se tornaram em cafés e escritórios (Zarrilli e Brito, 2017: 264).

Nos últimos anos, verificou-se uma procura recorrente pelos espaços verdes e fabris de Alcântara, traduzindo-se na edificação de um posto de turismo *Ask Me Lisboa* na freguesia, em 2019. Estes postos têm como objetivo melhorar a experiência dos turistas e promover o cartão *Lisboa Card*, que consiste num passe que assegura viagens grátis nos transportes públicos, entrada gratuita em 35 museus e descontos em locais e serviços de interesse turístico e cultural⁸.

⁸ “Lisboa Card”, Turismo de Lisboa (online). Disponível em <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/shop/lisbon->

Desde 2018 que *websites* como o Time Out e Lisboa Secreta, têm vindo a postar sobre os recantos de Alcântara, sítios a visitar, onde comer e relaxar, proporcionando uma maior exposição da freguesia com roteiros para dar a conhecê-la. Devido ao crescente reconhecimento que Alcântara tem vindo a receber, no Plano Estratégico de Turismo 2020-2024 prevê-se que fluxo turístico aumente nesta zona durante os próximos anos.

O Plano Estratégico de Turismo 2020-2024, uma iniciativa conjunta da Associação de Turismo de Lisboa e da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, visa a criação de 12 polos turísticos na capital. O programa divide-se em três áreas: as zonas consolidadas (Lisboa-Centro, Belém-Ajuda, Sintra, Cascais e Ericeira); as zonas em crescimento (Tejo, Lisboa Oriente, Mafra e Arrábida); e as zonas que é necessário potenciar (Arco Ribeirinho Sul, Reserva Natural do Estuário do Tejo e Costa da Caparica). Alcântara enquadra-se no plano de Lisboa-Centro, uma vez que o turismo neste território já está consolidado, o objetivo é, até 2024, promover novas áreas e dispersar os turistas para essas mesmas zonas, especificamente Praça de Espanha e Alcântara.

2.3 História de Alcântara

Alcântara era uma zona com amplos recursos naturais, delimitada por vales, colinas e terras férteis com recursos naturais. Estas condições permitiram o estabelecimento de ocupações humanas e o desenvolvimento da agricultura e a evolução desta zona ao longo dos séculos, sendo sempre uma atração para os diversos povos históricos.

Até cerca de 1600 era um arrabalde despovoado na periferia de Lisboa, uma zona constituída por quintas, hortas, moinhos e azinhagas, pouco explorado.

Acredita-se que o nome Alcântara é proveniente do vocábulo *Al-Quantārā*, que significa ponte em árabe (Costa, 1950: 162). Embora não existam registos que comprovem exatamente a existência de uma ponte, nem a data da sua construção, especula-se que, no século III tenha sido construída uma ponte nas margens da Ribeira de Alcântara, efeitos da romanização na cidade de Lisboa, provavelmente em alvenaria:

“Devemos por isso presumir que a ponte, desde que foi construída de cantaria, se conservou com a mesma estrutura durante séculos, até ao momento em que o aumento do povoado e da circulação obrigou à sua remodelação, no meado do século XVIII, como veremos” (Silva, 1942: 66).

Esta construção, seria uma forma eficaz de comunicação entre as duas margens da ribeira e durante séculos cumpriu a sua função de limite da cidade, sendo a única passagem, junto à zona ribeirinha de Lisboa naquele local, para quem se deslocava para terras de Belém e Alég. No século XVII, no contexto da Batalha de Alcântara (1580), a ponte era representada “de cantaria com o tabuleiro horizontal, e com três arcos de volta inteira; ao meio está levantada uma barricada” (Silva, 1942: 67).

No século XVIII, esta ponte foi reconstruída em alvenaria e, a mando de D. Mariana de Áustria, colocada a norte da ponte uma grande estátua de São João Nepomuceno. A ponte perdurou até 1887, data da criação da linha férrea que unia Alcântara Mar a Alcântara Terra, tendo posto fim ao caneiro que ali existia (Costa, 1950: 164).

A pequena ribeira de Alcântara, com uma extensão de cerca de 10 km, nasce na Brandoa (Amadora) e corre pela Falagueira (este troço é conhecido como ribeira da Falagueira), Benfca, finalizando em Alcântara, onde desagua no Tejo. Trata-se de um curso de água que se desenvolve quase exclusivamente em meio urbano e desde 1967 que foi canalizada na extensão que compreende o concelho de Lisboa: “Este rio, na parte extrema do seu percurso, é o último vestígio de um braço ou esteiro do Tejo, que nos tempos pré-históricos aí devia ter existido, mas que, com o decorrer dos séculos, se. foi assoriando e alteando” (Silva, 1942: 63).

2.3.1 A Batalha de Alcântara

A ponte de Alcântara, ainda na época em que esta zona era nada mais do que um descampado com moinhos abandonados, viu acontecer a conhecida Batalha de Alcântara, que determinou o futuro de Portugal.

No século XVI, o desaparecimento do rei D. Sebastião a 4 de agosto de 1578 na Batalha de Alcácer-Quibir, gerou uma crise de sucessão ao trono português. Assim, os três possíveis sucessores seriam D. António, Prior do Crato, Filipe II de Espanha e D. Catarina, duquesa de Bragança. Ficando, desde cedo, a disputa ao trono resumida a D. António e D. Filipe II, o rei castelhano tomou o poder através de um plano psicológico, diplomático, económico e militar (Bessa, 1994: 29).

D. Filipe II tirou proveito das consequências da Batalha de Alcácer-Quibir, utilizando o seu poder para conceder benesses e subsídios para resgatar os fidalgos prisioneiros em Marrocos, ceder empregos e honrarias. Castela procurou impedir acordos favoráveis a Portugal, o que piorou ainda mais a situação económica portuguesa. O culminar da peste de 1580 com a derrota na Batalha de 1578, deixou Portugal com muitas baixas – mortos e cativos – refletindo-se na falta de mão de obra para a agricultura e gerando, conseqüentemente, uma crise. Ainda, Cristóvão de Moura, agente do rei de Castela, opôs-se à venda de joias da coroa portuguesa,

ameaçando os joalheiros de as mesmas lhes serem confiscadas (Bessa, 1994: 30). Desta forma, fragilizando a economia e as relações externas de Portugal, o ataque militar tinha de ser rápido, de modo a evitar a adesão popular em torno do Prior do Crato.

O rei castelhano elegeu como capitão general, líder das tropas, o Duque de Alba. A operação consistiu numa invasão terrestre e naval. A 28 de julho de 1580, as tropas terrestres concentraram-se em Badajoz e as navais em Cádiz, rumo conquista do reino português (Bessa, 1994: 30).

D. António, Prior do Crato, tomou a decisão de concentrar as suas tropas na Ribeira de Alcântara. O Duque de Alba, tomando conhecimento da posição do seu oponente, instalou o seu arraial junto do Mosteiro dos Jerónimos, na Junqueira e em Santo Amaro e, na noite de 24 de agosto de 1580, avançou em direção à Ribeira de Alcântara com as suas tropas. Na manhã do dia 25, após reconhecer os pontos fracos das tropas de D. António, avançou com o ataque (Silva, 1862: 41). A Batalha de Alcântara foi determinante para o futuro de Portugal, sendo um dos passos para a ascensão de Filipe II de Espanha, a Filipe I de Portugal. O seu domínio vigorou durante sessenta anos, tendo terminado em 1640.

2.3.2 O Palácio Real de Alcântara

Entre o final do século XVI e o início do século XVII, o italiano Giovan Battista Rovellasca (Alessandrini, 2015: 114) mercador milanês, construiu uma quinta na zona de Alcântara.

A referida quinta tinha, cerca de 1600 (Alessandrini e Flor, 2013: 119),
“casas sobradas com suas logeas per baixo e tres tercenas e per cima são des casas com dois antresolhos e hua escada de pedraria e são todas forradas e ladrilhadas com casa de adega cozinha e forno estrebaria e palhr.º e casa de moços com hu corredor e pegado co as ditas casas” (Alessandrini e Flor, 2013: 119-120).

Nesta propriedade de Alcântara refere-se a abundância de água, a vegetação luxuriante, a imponência da construção e a riqueza das produções: “as famosas cannas de açúcar que hum dia destes vi naquella nobre quintaã de Ioam Baptista de Revelasca gentil homem Milanês, que tem em Lisboa entre Alcântara & o mosteiro de Bethlem” (Alessandrini e Flor, 2013: 120), um cenário de luxo e beleza.

Mais tarde, por volta de 1600, no reinado de D. Filipe II, esta foi confiscada, por dividas no contrato da Mina. Esta penhora esteve na origem da edificação do Palácio Real do Calvário, arquitetado por Teodósio Frias (Cunha, 1981: 50). A residência real só foi devidamente utilizada após a restauração da independência, no reinado de D. João IV. A família real passava

longas temporadas no Paço, principalmente D. Pedro II, sucessor de D. João IV, que acabou por morrer, em 1706, neste mesmo palácio (Cunha, 1981: 51). Este edifício ficou em ruínas após o sismo de 1755 e, ainda que tenha sido recuperado dez anos mais tarde, o objetivo de servir como residência real deixou de fazer sentido. Assim, o Palácio foi cedido a Francisco José Dias que nele estabeleceu uma Fábrica de Chitas até ao ano de 1808, data em que caducou a concessão. Voltando a estar na posse da coroa, o Paço tornou-se uma habitação para as viúvas e criadas velhas da casa real (Freire, 1929: 152).

2.3.3 O terramoto de 1755 e a industrialização de Alcântara

Na manhã do dia de Todos Os Santos de 1755, um terramoto, seguido de um tsunami assolaram a cidade de Lisboa, causando uma catástrofe que ficará marcada na história.

O sismo, tendo afetado o centro de Lisboa e a zona de Setúbal, trouxe repercussões nas zonas que não foram tão afetadas, como Alcântara, Ajuda e Belém. A população citadina refugiou-se nestas áreas e aqui construíram as suas casas, o que consequentemente levou a uma confusão urbanística que foi perdurando. Este grande crescimento demográfico levou à criação da freguesia de São Pedro em Alcântara, em 1770 (Custódio, 1994: 32).

Após 1755, o bairro de Alcântara adquiriu um carácter essencialmente fabril, tendo sofrido um grande desenvolvimento ao longo do século XIX na sequência dos processos de industrialização do país e da cidade de Lisboa (Cunha, 1981: 49). Alcântara tornar-se-ia num dos polos industriais de Lisboa, configurando uma zona industrial na área ocidental da cidade, beneficiando do que alguns autores consideram ser um espaço com uma ocupação pré-industrial, proto industrial e manufatureira, traduzida nos moinhos hidráulicos, azenhas, moinhos de vento e fornos de cal e que aproveitavam os recursos naturais do sítio, sobretudo as pedreiras de calcário, os fornos de cal e de carvão mineral (Custódio, 1994).

Na segunda metade do século XVIII, nas margens da ribeira de Alcântara, estabeleceram-se equipamento industriais: a Tinturaria da Real Fábrica das Sedas e, na Junqueira, a Cordoaria, uma fábrica de cabos e lonas para fornecimento da armada e com uma oficina de instrumentos matemáticos (Bordalo, 1863: 90). Esta fixação de fábricas está ainda muito ligada com uma exploração direta dos recursos naturais: por existirem em Alcântara as unidades fabris aqui se estabeleceram: “Percebe-se assim que Alcântara, pelos recursos naturais que possui seja também, no início do século XIX, um espaço privilegiado do assentamento das novas unidades que vão surgindo Lisboa” (Pistola, 2009: 39).

No século XIX em Alcântara, dois setores da indústria tomam a dianteira: o setor dos têxteis e o dos curtumes, sem dúvida ligados com a abundância de água trazida pela ribeira. A

Fábrica de Tecidos Lisbonenses, as Fábricas de Chitas, a Fábrica de Estamparia e a Tinturaria de Algodão e a Fábrica de Curtumes fixam a área de Alcântara como uma zona industrial embrionária desde 1756 (Ataíde, 1988: 95). O constante crescimento industrial e instituição do primeiro Governo Liberal em Portugal (1834), intensificaram a mecanização das fábricas através da instalação de máquinas a vapor, como por exemplo a Fábrica de Lanifícios Daupias, adaptada técnica e esteticamente à energia a vapor. Este símbolo de modernidade fornecia uma maior potência necessária ao funcionamento da indústria, sendo uma alternativa à energia hidráulica dos rios (Fernandes et al., 1992: 155). Alcântara tornou-se dos principais polos industriais da cidade e a industrialização alterava a fisionomia do bairro.

Um dos outros fatores que contribuiu para a alteração da fisionomia do bairro alcantareense, foi a edificação dos aterros que viriam a ligar a zona do Cais do Sodré a Alcântara, uma grande operação urbanística da segunda metade do século XIX que viria ficar conhecida como o Aterro da Boavista. Outro dos fatores foi a construção do porto de Lisboa, que alguns autores identificam como a grande obra pública que virá a alterar o bairro de Alcântara:

“Mas a transformação mais relevante que Alcântara sofreria, neste período, e que em grande parte é subsidiária da industrialização que o bairro já conhecia, é a reestruturação do Porto de Lisboa. Trata-se de uma obra que estará concluída no início da década de 1890 e que enriquecerá decisivamente Alcântara como um local ímpar para o assentamento industrial, no espaço de Lisboa” (Pistola, 2009: 30).

Esta construção tapou as praias de Alcântara e da Rocha, e tornou esta área numa zona de fábricas, bairros operários, caminhos de ferro e estradas (Cunha, 1981: .51).

Consolidando a industrialização de Alcântara, complementarmente à indústria têxtil e dos curtumes, nos primórdios do século XX, surgiu, em Alcântara, a indústria química –azeite, sabão, velas e outros óleos – destacando-se a *Lisbon Oil Mills, Ltd.* Foram estas fábricas que deram origem à formação da Companhia União Fabril (CUF), em 1898 (Custódio, 1994: 33). Este desenvolvimento e crescimento da indústria deu origem às vilas urbanas, quase sempre relacionadas com o trabalho operário. Estas vilas ou pátios consistiam em zonas habitacionais para os trabalhadores fabris poderem viver, normalmente estas casas estavam associadas a uma fábrica, como é o caso da Companhia Lisbonense de Estamparia e da Tinturaria de Algodões que originaram o Pátio da Cabrinha, em Alcântara (Ataíde, 1988: 97).

2.3.4 O republicanismo na freguesia de Alcântara

Alcântara, sendo uma das mais relevantes áreas da cidade em termos de existência de bairros operários do final do século XIX foi, evidentemente, um dos locais onde as ideias socialistas, anarquistas e republicanas começaram a emergir e a gerar frutos.

O Palácio da Fiúza, onde estava instalada a Associação Fraternal de Tecidos e Artes Correlativas, foi um dos pontos de encontro onde socialistas e republicanos dissipavam e discutiam sobre os seus ideais (Seixas, 2012:13). As antigas tabernas também foram essenciais para a causa, lá desencadearam-se as conspirações republicanas que eventualmente levaram ao movimento revolucionário de 5 de outubro de 1910 (Cunha, 1981:52). A partir de 1875 a Fiúza tornou-se um local de encontros recorrentes entre maçónicos e conspiradores. Aqui faziam-se sessões clandestinas e daqui nasceu o jornal *A República*, que tal como o nome indica, era de cariz republicano. A Promotora, fundada em 1904 por um grupo de republicanos alcantarenses, foi uma das associações com maior impacto em Alcântara, o seu papel foi fundamental na promoção da educação, do cinema, do teatro e de festas que incentivavam ao convívio entre diferentes estratos sociais (Seixas, 2012:14).

Alcântara, por ser um dos principais pontos de divulgação das ideias republicanas, teve alguns momentos que foram dignos de capa de jornal. A primeira vez que a freguesia fez notícia foi com a visita de João Franco. O primeiro ministro viu-se obrigado a fugir da chuva de pedras que caía sobre ele. Mais tarde, militantes do Partido Republicano, entre eles o vice-presidente de A Promotora, foram chamados a prestar declarações sobre este incidente. Outro momento que fez notícia foram as eleições de 5 de abril de 1908. Este dia foi marcado pela violência em certas áreas de Lisboa, nomeadamente Alcântara. A brutalidade junto das urnas levou à morte de dois jovens nesta freguesia (Seixas, 2012:15). No total, morreram nove pessoas e dezenas ficaram feridos, em Lisboa, nesta data.

A Implantação da República a 5 de outubro de 1910, foi possível devido à ajuda do corpo de marinheiros e civis alcantarenses, que se juntaram no quartel da Praça da Armada (Cunha, 1981:60), tendo sido os únicos, juntamente com a Infantaria 16, a seguirem com os planos anteriormente discutidos para o sucesso do golpe. Após sofrerem algumas dificuldades no quartel da armada, marinheiros e civis embarcaram no Adamastor e São Rafael, com o intuito de desembarcarem no Terreiro do Paço a fim de auxiliarem a luta que se travava na rotunda do Marquês de Pombal. Assim se deu a vitória republicana, assente nos princípios, valores e disciplina daqueles que cumpriram com os planos previamente discutidos em clandestinidade.

Desta forma, podemos verificar que Alcântara era um arrabalde na periferia de Lisboa constituído por hortas, moinhos, quintas e azinhagas, uma área que por ser pouco explorada não constou nos documentos oficiais do Termo de Lisboa até 1770, data em que adquiriu independência da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. Em 1852, procedeu-se à remodelação administrativa da cidade de Lisboa, de onde emergiram dois concelhos – Belém e Olivais. Alcântara viu-se dividida em duas partes, separada pela Estrada da Circunvalação, uma parte da sua área passou a pertencer a Belém e a outra aos Olivais. Esta divisão vigorou até 1885 e desde então Alcântara nunca mais viu o seu território separado. Atualmente a freguesia possui uma área de 4,40km² e segundo os dados apresentados pelos censos 2011, consta com 13.943 habitantes.

Em Alcântara proporcionaram-se momentos que definiram o futuro de Portugal, é exemplo disso o início da dinastia filipina, com a vitória de D. Filipe I de Portugal na Batalha de Alcântara travada na noite de 24 de agosto de 1580, domínio que prevaleceu até 1640; e o desenvolvimento da indústria portuguesa. Alcântara foi um dos bairros da cidade de Lisboa com condições para a indústria se estabelecer e conseqüentemente crescer. A freguesia deixou de ser um arrabalde da periferia de Lisboa quando foi construído o Paço Real de Alcântara e se começaram a sediar neste território as casas nobres de férias, no entanto, foi o Terramoto de 1755 que proporcionou uma nova realidade para este bairro. Alcântara cresceu em número de habitantes, em fábricas, em casas e naturalmente, em bairros económicos, que foram uma das conseqüências da indústria. A fisionomia do bairro de Alcântara rapidamente sofreu alterações com a nova dinâmica industrial. No final do século XIX, sendo uma das áreas da capital com mais bairros operários e fábricas, começam a emergir ideais republicanos, socialistas e anarquistas. Na freguesia, o descontentamento com o regime vigente era de tal forma acentuado que os alcantarenses tiveram um papel crucial na Implantação da República em 1910.

3. AS NARRATIVAS DE ALCÂNTARA

3.1 O Estado de Arte

Os estudos do olissipógrafo Augusto Viera da Silva, sobre a cidade de Lisboa, concretamente os seus trabalhos o “Termo de Lisboa” e “A Ponte de Alcântara e as suas circunvizinhanças” são essenciais para compreender de que forma Alcântara tem vindo a ser retratada, enquanto freguesia da cidade de Lisboa. Permanece enquanto elemento relevante, neste processo histórico de construção deste espaço, a referência à ponte de Alcântara, em cuja antiguidade recai muita da construção da relevância deste território, e alguma justificação para a criação de uma narrativa de teor historiográfico:

“desde tempos imemoriais deve ter existido ali uma ponte, naturalmente de madeira primitivamente; mas com tantas pedreiras calcáreas nas vizinhanças da ponte, é mais que provável que êste material cedo atraísse a atenção dos construtores, e que a ponte, desde remotos tempos, fôsse construída de cantaria” (Silva, 1942: 66).

Encontra-se na matéria da antiguidade da região de Alcântara um dos motivos para a construção da sua relevância. Considerando os estudos pioneiros para Lisboa de Vieira da Silva, outros autores procuram a identificação da antiguidade da freguesia. A consulta do Dicionário da História de Lisboa, dirigido por Francisco Santana e Eduardo Sucena, é um dos elementos bibliográficos que auxilia no conhecimento sobre Alcântara.

Neste sentido, uma das entradas no Dicionário da História de Lisboa refere o tema da Batalha de Alcântara, que é tratado por diversa documentação entre outros temas de igual relevância para a realização desta dissertação, como a Ponte de Alcântara e o processo de industrialização de Alcântara:

“O próprio Prior do Crato, mesmo depois desta, preferiu, a render-se, morrer pobre em Paris a 26 de Agosto de 1595, quinze anos depois da sua derrota em Alcântara. Conseguida em pouco mais de meia hora numa batalha de reduzida importância e nível técnico militar, essa derrota revestiu-se, todavia, do maior significado político histórico. Nela, de facto, perdeu Portugal a sua independência por sessenta anos.” (Bessa, 1994: 31).

Numa outra perspetiva, o *Archivo Pitoresco* também se dedicou à disseminação de informação que revelava um passado mais antigo para Alcântara, com temas como a já referida questão da Batalha de Alcântara:

“A artilharia hespanhola, valendo-se a propósito do ensejo, disparou toda a um tempo, em um instante, descompoz os batalhões de D. António, que a voz dos chefes, a custo, conseguia manter ainda firmes” (Silva, 1862: 51).

O Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa” também contribuiu para a compreensão do espaço de Alcântara, em concreto o Palácio de Alcântara, a sua localização e elementos para a construção da sua história desde o domínio filipino:

“Saindo as portas de Alcântara, caminho de Belem, encontra-se logo á direita um edifício de tão modesta apparencia, que um estrangeiro que por ahi passe, não presume estar vendo um palacio, e menos ainda uma antiga habitação real” (Freitas, 1946: 180).

A procura da história e das respetivas evidências documentais de Alcântara tem levado a novas leituras sobre a região. Desde as questões da medievalidade no espaço (Silveira, 2017), às residências reais e nobres (Galvão-Telles, 2014) ao traçado urbano e mesmo à proto indústria (Pistola, 2014) a narrativa apresentada ainda não conseguiu suplantar, o essencial que se tem contado sobre a freguesia de Alcântara e que recai na época contemporânea e está relacionado com os processos de industrialização que esta área conheceu a partir dos meados do século XIX (Pistola, 2009). Aliás, este tema tem sido abordado por diversos autores que têm contribuído para a consolidação da história de Alcântara na vertente da sua industrialização.

A dissertação de Renato Pistola “Alcântara, a evolução industrial de meados do século XIX ao final da Iª República”, foi um dos contributos para o aprofundamento do estudo sobre a industrialização desta área. Pistola conclui que “Entre meados do século XIX e as três primeiras décadas do século XX Alcântara conheceu um acentuado crescimento do seu tecido produtivo que a levaram a afirmar-se como o grande bairro industrial de Lisboa” (Pistola, 2009: 103). Este crescimento industrial proporcionou-se devido à abundância de recursos naturais que a zona possuía, a criação de uma linha de caminho de ferro que fazia a ligação de Lisboa com o restante país e a existência de um porto que permitia o fácil acesso a matérias-primas, energia e mercados coloniais (Pistola, 2009: 104). Este processo industrial fez-se acompanhar de um desenvolvimento demográfico que, nas primeiras décadas do século XX, impediu a fixação de fábricas de grandes dimensões, devido à diminuição do espaço. (Pistola, 2009: 104). Foi a partir de 1920 que Alcântara enquanto zona e bairro industrial começou a desaparecer, pois a indústria que ali se instalou no século XIX estava também a retirar-se (Pistola, 2009: 104).

Jorge Custódio foi dos principais autores a focar-se na questão da industrialização de Alcântara, não só em obras individuais, focadas no tema, como contribuiu para o Dicionário da

História de Lisboa. Custódio debruçou-se num tópico mais específico da Revolução Industrial, a arqueologia industrial, que aborda tanto no Dicionário da História de Lisboa, como nas suas obras “Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade” e “Arqueologia Industrial do Bairro de Alcântara”. Relativamente a Alcântara o autor propõe que:

“Tratou-se de um processo de crescimento para as periferias urbanas, no qual o enchimento do espaço (em geral ocupado por quintas, terrenos agrícolas e pequenos aglomerados populacionais) ocorreu a partir de novas premissas económicas através do licenciamento e viabilização de unidades manufatureiras e fabris, sedentas de território para a sua expansão, que surgiram devido ao novo tipo de negócio, ou que, impossibilitadas de se instalarem junto dos habitantes de intramuros, por razões médicas, acabaram por encontrar espaços arejados e livres para a sua construção.” (Custódio, 1994: 32).

Segundo Meira da Cunha, em Guia A Capital “Alcântara um bairro essencialmente fabril, começou a formar-se a seguir ao terramoto de 1755, conhecendo grande desenvolvimento durante o século XIX, sob o impulso da revolução industrial” (Cunha, 1951: 50). A concentração de recursos naturais fornecidos pela ribeira e a tragédia de 1755, que estimulou o crescimento demográfico de Alcântara, foram os fatores que impulsionaram a industrialização desta zona. O jornal A Capital (1951) e a revista Grande Lisboa (1999) dedicaram edições especiais à freguesia em questão, ambas refletindo os momentos desde a Batalha de Alcântara, à industrialização e ao republicanismo, contudo com mais ênfase no penúltimo tópico.

A investigação realizada por Catherine Rodrigues “A transformação da área industrial de Alcântara: dois casos de estudo: Alcântara-rio e Lx Factory”, foca-se na evolução de Alcântara no contexto da evolução de Lisboa e do património cultural e arquitetónico deste território, contribuindo para a análise detalhada da história de Alcântara, os seus bairros, o progresso ao longo dos séculos e o património industrial presente na freguesia.

A jornalista Maria Augusta Seixas escreveu, em 2012, o livro “As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República”, que trata a industrialização do ponto de vista das mulheres operárias e, ao mesmo tempo, expõe os primeiros passos para a difusão das ideias republicanas e socialistas em Alcântara: “A diversificação socioprofissional traduziu-se no discurso político da população. Uma população que politicamente era igualmente plural: uma zona operária com os seus representantes anarco-sindicalistas e socialistas, e ao mesmo tempo, um bastião republicano” (Seixas, 2012: 13). Este estudo é imprescindível para

compreender, essencialmente, todo o contexto e evolução do republicanismo na freguesia, as personagens que se destacaram, os locais onde se realizavam as reuniões clandestinas e os acontecimentos mais marcantes que levaram a instauração de uma República em Portugal.

O historiador Frédéric Vidal escreveu vários artigos sobre Alcântara na viragem para o século XX. Vidal faz uma descrição da evolução de Alcântara arrabalde a Alcântara industrial após o terramoto de 1755, avalia o crescimento demográfico da freguesia através dos recenseamentos de 1864 e 1900, dedica-se à imagem desta zona enquanto bairro operário e bastião republicano, refletindo sobre o contributo da Sociedade Promotora de Educação Popular na difusão e ensino de ideias republicanas. Além de abordar estas temáticas mais relacionadas com os bairros operários e quem os habita, Frédéric Vidal também estudou o turismo nesta área. No artigo “Urban transformation and diffusion of tourist practices: visiting Alcântara at the turn of the twentieth century” entende-se que o turismo em Alcântara era quase inexistente durante o século XIX e nos primórdios do século XX, esta freguesia quase que não era considerada uma parte da cidade de Lisboa:

“The plans and maps of Lisbon published in the nineteenth and early twentieth centuries were hesitant about Alcântara’s inclusion in the city. In all the maps of the capital, Alcântara valley was marked as the city’s conventional western border. The fact that the entire Alcântara parish became part of Lisbon in 1885 changed nothing” (Vidal, 2014: 122).

Na literatura portuguesa, para os romancistas da *Geração de 70*, como Eça de Queirós, o coração de Lisboa era essencialmente o Chiado e o Bairro Alto e, em segundo plano, a zona da Sé, Graça e Rossio. Lisboa, para os famosos autores dos séculos XIX não passava destes bairros, opinião que acompanhou os poetas modernistas do século XX (Vidal, 2014: 121). Contudo, Fernando Pessoa no guia “Lisboa: o que o Turista deve ver”, publicado em 1925, menciona o Aqueduto das Águas Livres no Vale de Alcântara e convida os turistas a passarem pela Tapada da Ajuda, evitando o centro da freguesia. Esta noção do espaço de Lisboa comprova o que Vidal menciona nos seus estudos “Alcântara proves to be an especially difficult case. Was it really part of the city?” (Vidal, 2014: 122), Alcântara era pouco explorada do ponto de vista turístico e da literatura portuguesa.

Nos dias de hoje, devido às inovações que a freguesia sofreu ao longo dos últimos anos, o turismo em Alcântara é cada vez mais potenciado, acompanhado de estudos diversos que procuram investigação passados mais remotos. No artigo “Lisbon and the Alcântara Neighbourhood Changes: is Tourism Invading or Renovating?”, de Luca Zarrilli e Miguel

Brito, publicado em 2017, é explorado a evolução urbana da freguesia, a herança histórica, o alojamento e as tendências. Especialmente, abordam a criação do *LX Factory* e do *Lisbon Underground* como um projeto com imenso sucesso que trouxe mais turismo, desenvolvendo esta área e simultaneamente, a zona à volta deste espaço.

Uma pesquisa pela internet sobre os roteiros turísticos que existem em Alcântara indica que não existe um. Há locais recomendados, considerados a não perder ao passar por Lisboa, mas não existe um itinerário que os turistas possam seguir de modo a conhecer esta freguesia. Ainda assim, as zonas, que sites como o Time Out recomendam visitar em família ou sozinho, são a ponte 25 de abril sobretudo o pilar 7:

“O pilar é o 7 (num grandioso total de 14), localizado na Avenida da Índia, mais ou menos colado aos contentores do *Village Underground*. É aí que encontra a porta de entrada para a nova atracção turística que leva os visitantes ao interior deste pilar para uma experiência sensorial sobre a história e a engenharia do monumento (...)” (Carvalho, 2018);

São ainda referenciados o *Fun Track*: “Bicicletas, skates, patins, trotinetes (normais ou eléctricas), karts (para miúdos ou graúdos e até familiares) e agora também um megatrampolim – é a novidade do mês.” (Catarina, 2018); o Museu do Oriente: “No fundo, fomentar as ligações entre Ocidente e Oriente, entre a Ásia e Portugal, é a missão do Museu do Oriente.” (Carvalho, 2018) e o Lisbon Art Center & Studios “(...) um novo pólo criativo com programação cultural e um rooftop com uma vista de 360 graus sobre Lisboa e o Tejo” (Carvalho, 2018). No caso do *site* Lisboa Secreta, além de indicar a ponte 25 de abril, o Museu do Oriente e a *Fun Track*, acrescenta o *LX Factory*:

“O Lx Factory era uma antiga fábrica de tecidos que ganhou uma vida nova. Completamente reformulada e transformada num hub criativo e trendy, tem um pouco de tudo, desde startups até restaurantes” (Castro, 2018);

Indica ainda os locais de exibição de arte, como o Museu de Arte Antiga, ou a Galeria Wozen:

“Visitar o Museu Nacional de Arte Antiga, onde podes ver a coleção do Museu (que reúne pintura, escultura, cerâmica, e de tudo um pouco) e também as exposições temporárias. Por outro lado, a galeria Wozen aposta no trabalho de artistas contemporâneos, com residências e exposições, e também tem uma área de tattoo!” (Castro, 2018)

E, por último, as Docas de Santo Amaro “Porque não experimentar as Docas de Santo Amaro? Acabar o dia à beira rio, de copo na mão, soa a um plano ideal.” (Castro, 2018).

Neste sentido, além do que a internet tem para oferecer, também é imprescindível perceber o que o posto de turismo de Lisboa tem para dar. Assim, dirigi-me ao Posto de Turismo na Praça dos Restauradores – uma vez que o *Ask Me Lisboa* que se localiza em Alcântara está temporariamente encerrado – e questionei sobre os roteiros turísticos que existiam na freguesia de Alcântara. Segundo a colaboradora do posto, não existe, até hoje, um itinerário sobre Alcântara, sendo o mais perto na zona de Belém. Conclui-se que não existe, quer *online*, quer num posto de turismo, um roteiro somente pela freguesia de Alcântara.

Apesar da carência de um roteiro que esteja disponível a qualquer momento para os turistas poderem conhecer a freguesia, está a decorrer, neste momento, um programa dedicado à freguesia de Alcântara. Anualmente, a *Lisbon Week* foca-se numa área da zona de Lisboa e promove visitas de modo a dar a conhecer a história das freguesias. Este ano a *Lisbon Week'20-21* decidiu dar a conhecer os recantos de Alcântara, com passeios que custam entre os 10€ a 20€, dependendo da atividade. Os temas nos quais se baseiam as visitas são; em novembro de 2020, “Pilar 7 - Histórias da Ponte”, “Alcântara vista do Tejo – Passeio de barco em catamaran” e “Do Valle Flor à Capela de St Amaro”; em dezembro de 2020, “A Junqueira e os seus Palácios”; em janeiro “Alcântara Verde”; e em fevereiro “Alcântara Industrial”.

3.2 A importância da criação de narrativas

O conceito de património é oriundo do latim *patrimonium*, que está relacionado com o conceito de herança familiar que é transmitida às gerações futuras. Esta definição, ainda que esteja correta, foi se transformando ao longo dos séculos até ao que atualmente é a noção de património. Após a II Guerra Mundial o termo estendeu-se ao que prevalece nos dias de hoje, “o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais; ele compreende, daqui em diante, os conjuntos edificados e o tecido urbano: quarteirões e bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como demonstra «a lista do Património Mundial estabelecida pela Unesco” (Choay, 2014: 12) assim, o património pode ser tangível como intangível.

A 27 de outubro de 2005 foi assinada, em Faro, a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, cujos objetivos assentaram sobre o reconhecimento do direito ao património cultural inerente ao direito de participar na vida cultural; a responsabilidade individual e coletiva perante o património cultural; a preservação do património cultural e a sua utilização como finalidade para o desenvolvimento humano e, por último a necessidade de adotar medidas para reforçar o papel do património cultural na edificação da sociedade .

Segundo a Convenção de Faro:

“O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução” (Convenção de Faro, 2005).

Com este documento, há um compromisso, por parte dos países assinantes, de encorajar a reflexão sobre a ética e sobre os procedimentos de apresentação do património cultural; a aumentar o conhecimento sobre o património cultural e integrar estes objetivos em todos os aspetos da educação e formação da sociedade.

Esta definição de património complementa a que está definida pela legislação portuguesa:

“Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização” (Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, art.º 2.º).

Conforme a legislação portuguesa, o património é um fator de união das sociedades. As comunidades podem, em conjunto, cuidar e preservar os seus bens, promovendo o conhecimento da história dos mesmos, bem como incita à partilha de valores entre cidadãos:

“Although heritage has long been used to forge common, collective identities in societies that are culturally divided, today it is used to promote social justice and social cohesion without drawing either on distinctive collective identities or even on the past” (Holtorf, 2011: 13).

Neste sentido, as sociedades partilham o sentimento de necessidade de salvaguarda da sua história e dos elementos que refletem a mesma, traduzindo-se na sensação de pertença a um certo local/sociedade.

Nem todos os vestígios do passado são considerados património, há uma seleção consciente feita por um grupo significativo da população que deseja legar ao futuro elementos do presente. Desta forma, o que se define como património está correlacionado com a vontade do que um grupo, num determinado espaço de tempo, considera ser digno de ser legado para as gerações vindouras. Estes objetos ou bens a que são atribuídos valor, conferem a uma comunidade o sentimento de identidade coletiva. Assim, a construção patrimonial é uma representação da identidade de um certo grupo de indivíduos logo, os seres humanos mantêm, através do património cultural, um vínculo com o passado. O passado é o que dá aos indivíduos

a sensação de pertença e continuidade e, através da memória coletiva, reforça o sentimento coletivo de identidade.

O património e a importância do mesmo estão intrinsecamente relacionados com os conceitos de memória individual e coletiva. Le Goff estudou a relação entre a história e a memória e acredita que a memória individual é afetada por fatores sociais que resultam na memória coletiva, uma vez que, o indivíduo, quando nasce, está já inserido num contexto social específico: família, religião, sistema político, costumes, entre outros. A memória coletiva é a chave para a preservação do passado, evitando que algum sistema político ou poder consiga oprimir e apagar a história, em momento algum no futuro. Ao recordar, os indivíduos estão a criar uma ligação com o passado, salvaguardando a memória do mesmo. É assim que as sociedades evoluem e, através das suas tradições, constroem narrativas que prevalecem com o tempo (Le Goff, 2000). Logo, conhecer o passado e atribuir significados a bens e valores é uma forma de preservar património, refletindo-se na formação das sociedades e dos indivíduos.

A UNESCO partilhou um conjunto de artigos – “The Social Benefits of Heritage” - que refletem a importância do património cultural nas sociedades e vários autores apresentam exemplos de como a história e o património cultural têm um impacto positivo. Holtorf refere o caso de Bergsjöen, Gotemburgo (Suécia), um projeto cultural numa biblioteca e escola locais serviu como elo entre centenas de pessoas de diferentes etnias e meios culturais. Aqui o património é utilizado para o bem das pessoas e não o contrário: “In these examples the new cultural heritage employs heritage for the sake of people, not the other way around.” (Holtorf, 2011: 13). No artigo de Angela Labrador, um estudo de caso que recaiu sobre Williamsburg, Massachusetts, compreende-se que a partilha de narrativas sobre paisagens históricas além de ser uma celebração do passado, é também um contributo para o presente e futuro do bem-estar dos membros de uma comunidade.

Verificamos que é necessário haver uma história comum nas sociedades. Este sentimento de partilha, representado pelo património tangível ou intangível, é um elemento que faz parte da génese das comunidades. A criação de narrativas sobre determinados lugares ou bens é essencial para a preservação do património cultural e da memória coletiva, é um método para dar continuidade ao passado, no presente e no futuro. A maioria das culturas têm utilizado a construção e apresentação de narrativas – sob a forma de *storytelling* - sobre os seus valores culturais como forma de reter, acumular e transmitir não só informação, mas também a riqueza cultural (Blerck, 2019). Para lá do fator de entretenimento que estas narrativas promovem, há uma ação pedagógica e de disseminação de conteúdos que conduzem a processos de valorização patrimonial (Tilden, 1957). A eficácia destas narrativas depende, não só de fatores como um

sólido conhecimento baseado em evidências científicas, como também da relação estabelecida com a envolvente e o contexto social, cultural e histórico do bem ou conjunto de bens patrimonial, resultado de uma colaboração eficaz entre profissionais, comunidades e agentes locais (Tilden, 1957). Em última análise criar ligações entre as pessoas e os objetos, contruir uma relação estará na base dos processos de criação de narrativas (Tilden, 1958, Blerck, 2019, Hems e Blockley, eds., 2006).

Assim, para a realização desta dissertação, é necessário compreender a narrativa existente na freguesia de Alcântara.

Acredita-se que um dos membros da mais reconhecidos da *Geração de 70*, se tenha inspirado num dos palácios situados em Alcântara para escrever um dos romances mais lidos e estudados da língua portuguesa: *Os Maias* de Eça de Queirós. Segundo consta, devido às semelhanças entre ambos, o Palácio do Conde de Sabugosa foi uma inspiração para o Ramalhete, na Rua das Janelas Verdes:

“Apesar d’este fresco nome de vivenda campestre, Ramalhete, sombrio casarão de paredes severas, com um renque de estreitas varandas de ferro no primeiro andar, e por cima uma tímida fila de janellinhas abrigadas á beira do telhado (...)” (Queiroz, 1936: 5).

Eça apresenta o Ramalhete como um pátio:

“outr’ora tão lobrego, nú, lageado de predregulho – agora resplandecente, com um pavimento quadrilhado de mármore brancos e vermelhos, plantas decorativas, vasos de Quimper, e dois longos bancos feudaes (...)” (Queiroz, 1936, 9)

E tal como o Palácio dos Sabugosa,

“a vista do terraço – d’onde outr’ora, de certo, se abrangia até ao mar. Mas as casas edificadas em redor, nos últimos anos, tinham tapado esse horizonte esplendido.” (Queiroz, 1936: 12).

Ainda, no romance *Os Maias*, Eça menciona por várias vezes o Aterro da Boa Vista, que fazia a ligação entre o Cais do Sodré e Alcântara. Após o jantar no Hotel Central, cujo intuito era apresentar Carlos da Maia à sociedade, onde este avistou, pela primeira vez, Maria Eduarda. Maia e Alencar regressaram a casa, passando pelo aterro:

“E então por esse longo Aterro, triste no ar escuro, com as luzes do gaz dormente luzindo em fila d’enterro, Alencar foi falando d’esses «grandes tempos» da sua mocidade e da mocidade de Pedro (...)” (Queiroz, 1936: 127).

O edifício do Palácio do Conde de Sabugosa ainda existe nos dias de hoje, porém a sua importância viu-se reduzida com o passar dos anos. Atualmente, o paço localiza-se por baixo de uma área da Ponte 25 de Abril, estando cingido a uma constante sombra que o esconde, tornando-se despercebido. Antigamente, era a casa de campo de uma família nobre para onde se viram obrigados a mudar após o terramoto de 1755 ter destruído a sua residência habitual. Visitada por Eça de Queirós, Alexandre Herculano, Bulhão Pato, Oliveira Salazar, Arantes e Oliveira, uma residência com história e com riquezas apreciadas nos séculos anteriores, transformou-se com a construção da Ponte de Salazar – atual 25 de Abril. Os planos da obra previam que dois pilares da ponte caíssem sobre a casa dos Sabugosa, um no jardim, outro dentro do edifício, contudo essa situação foi reavaliada por estar em causa a possível destruição de bem com valor arquitetónico. Logo, os pilares da ponte sofreram um ligeiro desvio que ainda assim afetou a residência dos Sabugosa que atualmente vivem sobre a sombra, o barulho dos carros, dos comboios e das buzinas que a ponte trouxe consigo. Hoje, o paço é uma casa no meio de prédios e condomínios privados e quem por lá passa não reconhece a sua história, embora a família Sabugosa ainda ali habite e o palácio mantenha as suas características arquitetónicas, a Alcântara onde foi construído já não é a mesma (Gomes, 2016).

O Palácio Sabugosa integrou o “Inventário de Lisboa” de Norberto Araújo, publicado em 1950. Os fascículos VI, VII e VIII correspondiam à inventariação dos palácios particulares de Lisboa, sendo o dos Sabugosa um deles, incluído no fascículo VII. Araújo faz um sumário da história do paço e apresenta a uma imagem da sua fachada (figura 3.3) e da sala de jantar:

“O Palácio Sabugosa ou dos Césares, em Santo Amaro, remota ao século XVI, no seu núcleo primitivo. Foi fundado por Luís César, segundo deste nome e apelido, que, como seus avós, foi do Conselho de El-Rei, Guarda-mór das Naus da Índia, Provedor dos Armazéns nos Reinos e Senhorios de Portugal, Alcaide-mór de Alenquer. (...) O palácio ou vivenda de campo - qualificação que mais lhe quadraria - era, porém, quer no semblante, quer no interior e disposição, diferente do que veio a ser no sulo XVIII depois de obras de ampliação e beneficiação levadas a efeito em 1728 por Vasco Fernandes César de Menezes (...)” (Araújo, 1950: 11).

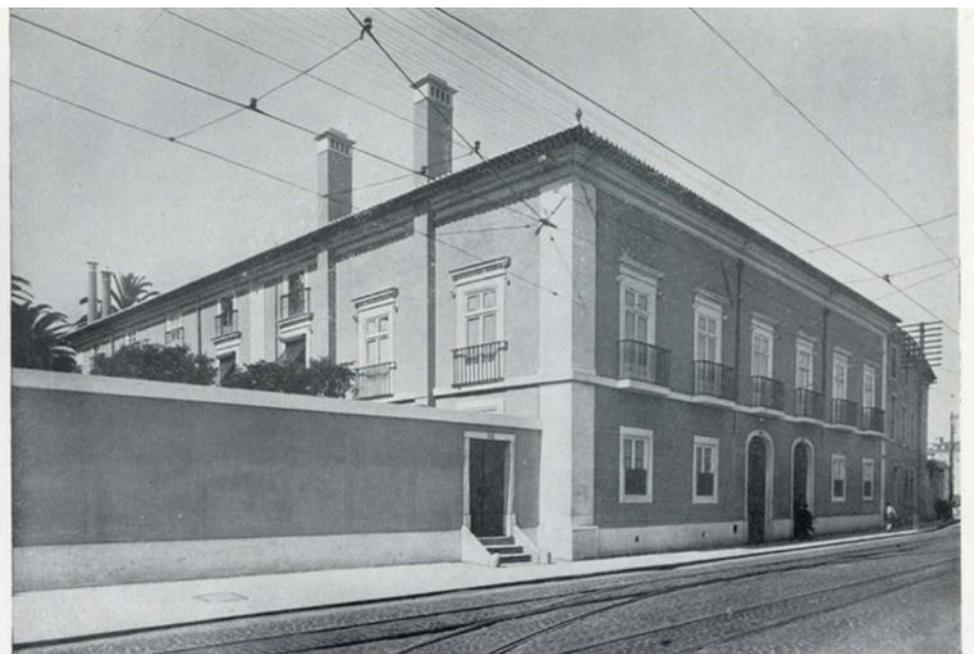


Figura 3.3. “Frontaria e fachada lateral do Palácio Sabugosa, em Santo Amaro, vendo-se a porta que conduzia à «Quinta Cesárea»”. Fonte: ARAÚJO, Norberto (1950), “Inventário de Lisboa”, fascículo VII, CML, p.13.

As “Peregrinações em Lisboa” de Norberto Araújo, publicados entre 1938 e 1939, são um conjunto de obras que refletem os recantos da cidade de Lisboa no século XX. No volume IX, o autor leva os seus leitores dar um passeio pelas zonas de Alcântara e Sacramento, Necessidades, Alcântara Popular, Calvário, Santo Amaro, Junqueira, Boa Hora e Altinho, Belém, Jerónimos e por último, Ajuda. Norberto Araújo apresenta Alcântara e Sacramento como uma área da periferia lisboeta, repleta de quintas, casas, conventos, uma zona claramente de campo:

“Subúrbios foram sempre, ridentes, arejados, cortados de vales, bafejados pela brisa do mar. Campos e quintas havia-as por todo o lado, a poente, a norte e a nascente da ponte sobre a ribeira, tão antiga, em várias configurações como o próprio curso da água. Só em 1608 Alcântara passa a ser «logar», dependendo com Belém, também «logar», do bairro, aliás meramente teórico no significado urbano, de N. Sr.^a da Ajuda.” (Araújo, 1939).

Contudo, no que diz respeito a Alcântara Popular, a visão que proporciona já é mais recente “(...) o bairro de Alcântara, ao contrário dos da Lapa e de S. Vicente, não tem hoje nenhum sector onde um jeito aristocrático ou retintamente burguês se albergue em representação do passado ou reflexo do presente. É todo êle – popular.” (Araújo, 1939).

J. J. Bordalo publicou em 1836 um “Novo Guia do Viajante de Lisboa e Seus Arredores” que explora os locais que os turistas não podem perder na sua viagem à capital portuguesa. Convida os viajantes a passear no Passeio da Junqueira:

“Também à margem do Tejo, porém muito mais extenso do que o antecedente, entre Alcantara e Belem, avulta o copado arvoredo d’este passeio, orlado de palacios e casas elegantes; termina no poente pelo vasto edificio da Cordoaria” (Bordalo, 1863: 48);

a conhecer o Aqueduto das Águas Livres:

“Esse bello monumento de publica utilidade, a que vulgarmente chamamos – Arco das aguas livres – foi concluído em vinte anos, sob a direção do engenheiro Manuel Maio, resistiu ao grande choque do terramoto de 1755. O aqueducto começa a três léguas de distancia da cidade em toda a sua extensão tem 127 arcos de excelente pedra, porém os 35 que formaram uma ponte sobre Alcantara, a mais comprida de todas as pontes do mundo (...)” (Bordalo, 1863: 84);

e a passar pela Cordoaria:

“Singelo mas assaz extenso edificio, mandado construir pela rainha D.Maria I, á margem do Tejo, entre a Junqueira e Belem. É ahí a fabrica de cabos e lonas para fornecimento da armada e tem uma officina de instrumentos mathematicos.” (Bordalo, 1863: 90).

A narrativa que vigora em Alcântara recai sobre o século XIX. Na literatura, é uma zona pouco abordada, ainda que possa ter sido inspiração para *Os Maias*, essa suspeita nunca foi confirmada, no entanto é certo que Eça menciona o aterro, uma intervenção urbanística importante para a cidade de Lisboa no século XIX. Esta obra foi também importante para a freguesia de Alcântara pois veio alterar a fisionomia do bairro.

A ideia com que ficamos de Alcântara é de uma zona na periferia de Lisboa, com pouca relevância para os eruditos do século XIX, as menções feitas a esta área são breves e pouco aprofundadas, indiretas até. Neste sentido, a narrativa presente nos romances e livros dos cultos dos séculos passados, é a de uma Alcântara ainda na época dos palácios e casas nobres, em transformação. Não são mencionadas as fábricas e os bairros operários, que atualmente são a essência da história da freguesia.

Por outro lado, os estudos mais recentes – dissertações e artigos científicos - que se baseiam em Alcântara são fundamentados no passado industrial da história da freguesia, no desenvolvimento do turismo e o reaproveitamento de antigas fábricas e palácios para dar uma segunda vida e um novo significado a essas áreas. Os casos de requalificação do espaço que

vigoram em Alcântara são o *LX Factory*, o *Village Underground* e, recentemente, o Palacete dos Condes de Burnay. O *LX Factory* e o *Village Undergroud* são o resultado do reaproveitamento de uma zona fabril que se tornou palco da cultura. No caso do Palacete dos Condes de Burnay, reabriu com o intuito de servir como centro cultural comunitário e biblioteca acessível para todas as idades. Este último vai de encontro com a necessidade de a população local recordar a memória republicana antifascista que está associada a Alcântara e à própria história do palacete.

4. ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA SOBRE ALCÂNTARA

Tendo em consideração o impacto dos acontecimentos da segunda metade do século XIX e do início do século XX na construção da identidade da freguesia de Alcântara, esta dissertação procurou encontrar outros elementos que permitissem consubstanciar outra narrativa para a esta freguesia.

Uma vez que esta (s) outra (s) narrativa (s) sobre Alcântara deverá ter a capacidade de, em ações futuras, se poder materializar em vários suportes (edições, percursos, roteiros) é essencial identificar os valores culturais em presença na freguesia, enquadrado pela definição de bens patrimoniais que aqui apresentámos.

Neste sentido, recorri ao levantamento de valores patrimoniais, materiais e imateriais presentes em Alcântara.

4.1 O património cultural material

A zona de Alcântara possui um vasto património cultural e natural, com fâcies diferentes que representa a história da freguesia e o que ela significa para a sua comunidade. Neste sentido, é importante compreender em que espaço se integram estes bens, o que representam, como são aproveitados e que valor transmitem à sociedade.

O património cultural imóvel presente em Alcântara distribui-se por cinco categorias específicas: prédios urbanos (bairros, habitações, fábricas e edifícios comerciais e administrativos); equipamentos sociais; edifícios religiosos (igrejas, conventos e mosteiros); palácios e palacetes e, por último, espaços verdes. Acrescenta-se a estas categorias uma outra relacionada com os valores culturais de relevância para a comunidade. Com esta divisão verifica-se que a maioria do património se concentra na categoria de prédios urbanos, correspondendo a vinte e seis prédios considerados de interesse patrimonial. Os bens estão dispersos por toda área de Alcântara, não havendo, assim, uma zona específica que reúna a maioria do património.

A categoria de prédios urbanos reflete o passado mais recente da freguesia. Os edifícios que integram este grupo apresentam, na sua maioria, cronologias de construção atribuíveis aos séculos XIX e XX e representam antigas fábricas, casas típicas do século, bairros urbanos e outros imóveis, como está representado na figura 4.4.

Património Material: Prédio Urbano	
1.	Bairro de Casas Económicas Dr. Oliveira Salazar / Bairro do Alvito
2.	Bairro de Casas para Famílias Pobres na Quinta do Jacinto / Bairro Económico da Quinta do Jacinto
3.	Casa na Rua da Junqueira, n.º 166
4.	Centro Científico e Cultural de Macau
5.	Conjunto intramuros da Tapada da Ajuda / Instituto Superior de Agronomia
6.	Edifício da Associação Industrial Portuguesa / Centro de Formalidade das Empresas
7.	Edifício da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense
8.	Edifício da Standard Elétrica / Sede da Orquestra Metropolitana de Lisboa
9.	Edifício do Laboratório de Ensaio de Sementes
10.	Edifício do Laboratório de Espectroquímica e Tecnologia de Frutas
11.	Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, CTT, da Calçada da Boa-Hora
12.	Edifício na Calçada da Boa-Hora, n.º 25 a 27
13.	Edifícios na Calçada da Boa-Hora, n.º 9 a 15
14.	Fábrica Sant'Ana
15.	Feira Internacional de Lisboa (FIL) / Centro de Congressos de Lisboa
16.	Forte da Junqueira
17.	Instituto de Medicina Tropical / Instituto de Investigação Científica Tropical
18.	Laboratório de Defesa Fitossanitária e Estação de Sanidade Vegetal
19.	Mercado de Alcântara / Mercado Rosa Agulhas
20.	Observatório Astronómico de Lisboa / Observatório Astronómico da Tapada da Ajuda / Observatório Astronómico D. Luís
21.	Oficina de Metalomecânica / Restaurante "Espaço Lisboa"
22.	Pavilhão da Exposição Agrícola de Lisboa
23.	Ponte Salazar / Ponte 25 de Abril / Ponte Ferroviária e Rodoviária 25 de Abril
24.	Quinta do Monte do Carmo
25.	Tapada da Ajuda / Tapada Real de Alcântara / Tapada de Alcântara
26.	Unidade Industrial "A Napolitana"

Figura 4.4. O património cultural imóvel na freguesia de Alcântara, categoria de prédios urbanos.
Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

Dentro desta categoria, os elementos que se destacam do século XIX são o edifício da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonenses, uma construção de 1838 que representa um marco industrial na cidade de Lisboa, tendo sido uma das maiores unidades fabris no século XIX; o conjunto intramuros da Tapada da Ajuda, localizado entre o Vale de Alcântara e o Parque Florestal do Monsanto, compreende um vasto património histórico, arqueológico e natural e está presente na cidade desde o século XVII, tendo sido criado em 1645 pelo rei D. João IV com o intuito de ser uma reserva de caça real. No século XIX foi adicionado o Pavilhão de Exposição Agrícola de Lisboa:

“Essa exposição agrícola teve lugar num palácio ou pavilhão envidraçado, de ampla curvatura e 3 elegantes torreões, construído para esse acontecimento em 1883 e só no ano seguinte inaugurado. As obras foram dirigidas pelo Arq.º Rafael da Silva Castro, seguindo o risco do Arq. Luís Caetano Pedro da Ávila, sendo um belo exemplar da arquitetura de ferro tão um voga na época em todo o Mundo.” (Cortez, 1994: 48)

e o Observatório Astronómico de Lisboa, um projeto do arquiteto Colson, inaugurado somente em 1888 e atualmente sob a responsabilidade do Instituto Superior de Agronomia responsável pela área:

“Encontra-se aqui o Antigo Real Observatório Astronómico de Lisboa, criado por decreto de 14.2.1857, hoje conhecido por Observatório da Ajuda, que deve a sua criação ao Rei D. Pedro V” (Cortez, 1994: 49).

O século XX trouxe os bairros económicos do Alvito e da Quinta de São Jacinto, que fazem parte da política de casas económicas do Estado Novo, como resposta à necessidade habitacional da época:

“Promovendo a «defesa da família», o Estado assume, através do Programa de Casas Económicas, o seu papel enquanto impulsionador da «constituição de lares independentes e em condições de salubridade» (artigo 13.o , n.º 1, da Constituição de 1933). O alcance deste propósito estender se á, todavia, bem além da esfera da promoção habitacional. Na realidade, é da construção política e ideológica de um modo de vida e de uma configuração societal — e da consequente consolidação do regime — que se está a falar quando se fala dos novos bairros de casas económicas” (Pereira, Queirós, Silva e Lemos, 2018: 85).

A Ponte Salazar – atual 25 de Abril – é mais um marco que o Estado Novo deixou na freguesia de Alcântara, a primeira ponte que une as duas margens do Rio Tejo:

“Aberto a concurso público internacional em 27.04.1959 e adjudicada a obra à *United States Steel Export Company*, iniciou-se a construção em 05.11.1962 e a ponte foi inaugurada em 06.08.1966, sendo, nessa data, a maior da Europa. Dos «seus acessos foram escavados seis milhões e meio de metros cúbicos de rochas e solos, fabricados e moldados trezentos mil metros cúbicos de betão, fabricadas e montadas oitenta e duas mil toneladas de peças de aço. Chegaram a trabalhar simultaneamente na obra cerca de três mil operários portugueses»” (Rodrigues, 1994: 721).

O Mercado Rosa Agulhas, conhecido localmente como o Mercado de Alcântara, é mais um bem patrimonial que consta na categoria de prédios urbanos. Não existe uma data específica que defina o início deste conceito de praça, porém o primeiro grande mercado realizado em Alcântara data de 1905. Com os anos esta forma de comércio local foi desaparecendo e a freguesia ficou carecida de um mercado. É nesta sequência de eventos que nasce o Mercado

Rosa Agulhas, inspirado numa peixeira local que lutou pela construção de um sítio onde o comércio tradicional pudesse vigorar.

O edifício das antigas instalações da Standard Elétrica, onde atualmente está instalada a Sede da Orquestra Metropolitana de Lisboa, é um emblemático exemplar da arquitetura industrial dos tempos modernos. Foi construído em 1945 seguindo um projeto do arquiteto Cotinelli Telmo. Este conjunto fabril foi abandonado na década de 1970 e adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa na década seguinte. Hoje, é considerado um Imóvel de Interesse Público.

A unidade industrial “A Napolitana” insere-se numa fase relativamente importante da indústria de moagem alimentar em Portugal. Em 1926, a fábrica foi adquirida pela Companhia Industrial de Portugal e Colónias (CIPC) e manteve a sua atividade até 1970, data em que a Companhia vendeu a fábrica (Lusa, 2020). Este conjunto industrial é reconhecido no contexto da arquitetura industrial portuguesa e a preservação do mesmo mantém a memória de uma das últimas fábricas dedicadas à mecanização da alimentação:

“destaca-se pela utilização do tijolo sílico-calcário e sua sábia articulação com a exploração de um léxico depurado, vincadamente funcional, adaptado exclusivamente ao cumprimento de um programa para fabrico de massas” (DGPC, 2020).

As instalações da fábrica de Sant’Anna estiveram, durante muitos anos, na Rua de Sant’Anna à Lapa, porém com o crescimento urbanístico do século XX, mudaram-se para a Rua da Junqueira – atualmente encontram-se na Calçada da Boa Hora. Esta unidade fabril dedicava-se à produção de azulejos e faianças artísticas e teve um papel essencial na reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755, sendo que a produção de azulejos fez parte da decoração das fachadas de prédios e igrejas da capital.

Além dos elementos já mencionados, há habitações que também se enquadram nesta categoria de prédios urbanos. Neste caso, refiro-me às residências da Rua da Junqueira que carregam história, arquitetura e memórias. No n.º 2 encontra-se a Embaixada de S. Tomé e Príncipe, cujo edifício lhe pertence por troca com património português em São Tomé. As portas do n.º 20 ao n.º 38 são parte de um grande edifício, cuja fachada é constituída por painéis de azulejos e aqui estão o Centro Científico e Cultural de Macau e o Instituto de Investigação e Tropical (Cortez, 1994: 488). O n.º 166, uma construção de 1852, destaca-se pela sua arquitetura retangular simples, com dois pisos – posteriormente adicionado um terceiro – um edifício com uma clara influência pombalina. Ainda, é na Rua da Junqueira que se encontram a maioria das Casas Nobres e palácios, que irei tratar mais à frente.

Os equipamentos sociais refletem-se, maioritariamente, em escolas e chafarizes do século XIX e XX. Estes elementos concentram-se na área a sudoeste da freguesia, para o lado de Belém.

Património Material: Equipamento Social
1. Balneário público na Rua Padre Adriano Botelho
2. Chafariz da Junqueira / Chafariz da Cordoaria
3. Chafariz da Travessa Teixeira Júnior
4. Creche Victor Manuel / Centro de Acolhimento Infantil Victor Manuel / Unidade Local de Saúde da Tapada
5. Escola Industrial do Marquês de Pombal / Escola Secundária Fonseca Benevides
6. Escola Primária de Alcântara / Grupo Escolar da Calçada da Tapada / Escola Básica do 1.º Ciclo Raul Lino e Jardim de Infância da Calçada da Tapada
7. Escola Técnica Elementar Francisco de Arruda / Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Francisco de Arruda / Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Francisco de Arruda
8. Estação de Santo Amaro / Museu da Carris
9. Grupo Escolar do Alto de Santo Amaro / Escola Primária de Santo Amaro / Escola Básica do 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Santo Amaro
10. Hospital do Ultramar / Hospital Egas Moniz
11. Instituto Superior de Agronomia
12. Liceu D. João de Castro / Liceu Misto de Lisboa / Escola Secundária D. João de Castro / Polo de Educação e Formação Profissional de D. João de Castro

Figura 5.4. O património cultural imóvel na freguesia de Alcântara, categoria de equipamentos sociais. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

O Chafariz da Junqueira foi inaugurado em 1821 e encontrava-se junto do edifício da Cordoaria, daí também ser conhecido como o Chafariz da Cordoaria:

“Este Chafariz foi feito em 1821 e correu a primeira água em 24 de Junho de 1822, sendo em pequena quantidade, porque as suas minas no Alto de Santo Amaro, davão sómente duas pennas; porém fazendo-se novas minas na extensão de 1287 palmos nas immediações do Rio Secco, estas produziam mais 4 pennas, que correram em 11 de Agosto de 1838.” (Andrade, 1851: 50).

Do ponto de vista arquitetónico, o corpo do chafariz é constituído por pedra de lioz e no centro inclui duas molduras onde se lê a inscrição “AGOAS LIVRES / ANNO DE 1821”. O Chafariz Travessa Teixeira Júnior, edificado em 1852, também é um marco histórico na freguesia, contudo não é tão elaborado quanto o anterior e acaba por passar despercebido.

A Escola Industrial do Marquês de Pombal foi uma criação de Emídio Navarro em 1886. Este foi o primeiro projeto concebido de raiz para fins escolares:

“A fachada do edifício principal dá para a Rua de Os Lusíadas. O desenho é simétrico animado pelo avanço dos corpos extremos e, mais ligeiramente, do corpo central, sendo

o espaço criado pelo avanço dos extremos vedado por uma grade de ferro” (Botelho, 1994: 346).

O edifício sofreu algumas alterações de modo a albergar o que hoje é a Escola Secundária de Fonseca Benevides.

A Creche Victor Manuel é o resultado de uma quermesse que a rainha D. Maria Pia promoveu em favor da Associação Promotoras de Creches, em 1884. “Nessa quermesse colaboraram o caricaturista-ceramista Rafael Bordalo Pinheiro e o entalhador Leandro Braga” (Cortez, 1994: 48). Na década de 30 do século XX, este espaço sofreu um aumento no seu interior e conseqüentemente ficou com características mais modernas. Hoje, além de creche é também uma unidade de saúde e o edifício mantém-se igual, não tendo sofrido mais alterações.

Os caminhos de ferro vieram transformar a cidade contribuindo para a expansão urbanística de Lisboa e conseqüente desenvolvimento da metrópole. Em Alcântara, a linha férrea começou a ser instalada em 1874, na velha Quinta do Saldanha, onde construíram a Estação de Santo Amaro. Ali foram instaladas cocheiras, oficinas, celeiros e cavalariças que eram essenciais para o sucesso da Carris (Maia, 2019). Cada estação dispunha de serviços internos para os seus trabalhadores e a de Santo Amaro não era diferente com: “funções de barbeiro, cobrador, telefonista, profissional de saúde e operário das oficinas (...) As estações da Carris, particularmente, a de Santo Amaro, albergavam diversos ofícios que servem de bastidores a todo o serviço da linha da frente” (Maia, 2019). Além de estação, este espaço também foi aproveitado para albergar um museu dedicado à história dos transportes públicos, o Museu da Carris.

Mais um elemento de destaque da categoria de equipamentos sociais é o Balneário Público de Alcântara, na Rua Padre Adriano Botelho, construído no século XX com o objetivo de responder às necessidades de higienização da população. Antigamente, nem todas as casas possuíam um local onde as pessoas pudessem tratar da sua higiene e, felizmente, com o passar dos anos, o desenvolvimento das habitações diminuiu a necessidade de se utilizar balneários públicos (Rebelo, 2013:9). Ainda assim, os sem abrigo e famílias com água e gás cortado usufruem gratuitamente deste serviço e, em 2005 constatou-se que Alcântara oferece cerca de 500 banhos por semana (Alves, 2007).

A categoria de igrejas, conventos e mosteiros alberga cerca de cinco elementos patrimoniais que se concentram especialmente no centro da freguesia, edificados entre os séculos XVI e XVIII.

Património Material: Igreja/Convento/Mosteiro	
1.	Capela de Santo Amaro / Igreja de Santo Amaro
2.	Convento de Nossa Senhora do Livramento
3.	Igreja Paroquial de Alcântara / Igreja de São Pedro
4.	Mosteiro de Nossa Senhora da Quietação / Mosteiro das Flamengas / Igreja de Nossa Senhora da Quietação
5.	Mosteiro do Monte Calvário / Edifício da Polícia de Segurança Pública, PSP, do Calvário / Escola Prática de Polícia

Figura 6.4. O património cultural imóvel na freguesia de Alcântara, categoria de igrejas, conventos e mosteiros. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

A Igreja de Santo Amaro foi um projeto de Diogo Torralva, realizado em 1549, localizada perto do Vale de Alcântara. D. João III deu autorização para a construção de um templo de peregrinação. Não se sabe ao certo se a sua instituição se deve a um grupo de marinheiros galegos ou a uma confraria instituída no local em 1532 por freires da Ordem de Cristo. O nome da Ermida está relacionado com lendas envoltas do santo milagreiro (Cortez, 1994: 856). A capela destaca-se pela sua arquitetura maneirista e centralizada, tornando-a singular. Em 1910 esta igreja foi considerada um Monumento Nacional.

O Convento da Nossa Senhora do Livramento, nasceu de uma ermida edificada junto da ponte de Alcântara em 1610 por Rodrigo Homem de Azevedo. Este edifício foi doado à Ordem da Santíssima Trindade em 1677 e mais tarde elevada à condição de convento. Esta igreja tornou-se um local de devoção para a população, pela imagem que lá se encontrava da Senhora do Livramento, inclusive, a família real também participou nesta veneração através de doações e festividades. O convento acabou por ser extinto em 1834 e foi demolido no final do século XIX. Este edifício foi adquirido pela Caixa Geral Depósitos, que ali se instalou em 1919.

A Igreja de São Pedro em Alcântara situava-se na freguesia de Alfama desde 1344 até 1755, data em que o terramoto do dia de Todos Os Santos destruiu por completo capelão templo. Neste seguimento, a rainha D. Maria I doou os terrenos vizinhos da Real Quinta de Alcântara à irmandade do Santíssimo Sacramento de São Pedro para poderem edificar de novo a igreja, que o fizeram em 1780. Destaca-se a arquitetura barroca e a planta retangular que se manteve até aos dias de hoje, sendo um marco da arquitetura religiosa.

O Mosteiro da Nossa Senhora da Quietação, também conhecido como Mosteiro das Flamengas foi mandado construir em 1586, por iniciativa de Filipe I, de Portugal, junto da ponte de Alcântara. Este mosteiro foi uma necessidade das Clarissas holandesas, que se refugiaram em Portugal, fugidas às perseguições religiosas e tiveram o apoio do rei D. Filipe I para a criação deste espaço. O mosteiro acabou por ser extinto aquando a morte da última religiosa, em 1887.

Contudo, o espaço prevalece até aos dias de hoje, ocupado pela Real Irmandade da Nossa Senhora da Quietação.

A zona do Calvário foi o que deu o nome ao mosteiro da Ordem Franciscana no Monte do Calvário, em 1617. O Mosteiro do Monte do Calvário foi construído no local onde existia uma pequena quinta chamada Quinta do Porto por vontade de D. Violante de Noronha, que queria instituir mais um mosteiro franciscano em Lisboa (Jorge,1994:199). O terramoto de 1755 devastou parcialmente o convento e foi necessário fazer obras no edifício. Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, o espaço do mosteiro foi utilizado para fins educativos – primeiramente como Escola Normal de Lisboa e mais tarde como escola primária. Hoje, esta área é ocupada pela escola da polícia:

“O edifício hoje existente no lado sul da Rua 1.º de Maio, onde funciona a Escola Superior de Polícia, não corresponde à construção primitiva, e do mosteiro resta a memória e uma recordação que deu nome ao sítio” (Jorge,1994:199).

Os palácios e palacetes que encontramos em Alcântara são, pelo menos, dez, reúnem-se, maioritariamente, na zona da Rua da Junqueira e datam do século XVI ao século XIX.

Património Material: Palácio/Palacete
1. Casa da Junqueira / Palacete Polignac de Barros / Edifício da Embaixada da Ordem Soberana e Militar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta
2. Palacete da Ribeira Grande / Escola Secundária Rainha D. Amélia
3. Palacete dos Condes da Ponte / Edifício da Administração do Porto de Lisboa
4. Palacete Ferreira Pinto Basto
5. Palacete na Rua Jau, n.º 62 a 62 B
6. Palácio Bumay / Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa
7. Palácio Fiúza
8. Palácio Pessanha / Edifício da Segurança Social
9. Palácio Vale-Flor / Pestana Carlton Palace Hotel
10. Quinta Cesária / Palácio Sabugosa / Palácio de São Lourenço / Palácio de Santo Amaro

Figura 7.4. O património cultural imóvel na freguesia de Alcântara, categoria de palácios e palacetes. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

A Casa da Junqueira, também conhecido como Palacete Polignac de Barros, é uma construção do século XVIII, mandado edificar por José Ricord, cirurgião-mor do exército, em 1744: “Na esquina para a Calçada da Boa-Hora, com os n.ºs 128 a 136, existe uma casa apalaçada com amplo jardim por debaixo do qual existem grandes espaços que servem de armazém.” (Cortez, 1994:488). Em 1856 instalou-se, temporariamente, um hospital para o

tratamento da cólera. Nos dias de hoje, o edifício é ocupado pela Embaixada da Ordem de Malta e está em vias de classificação como Monumento de Interesse Público.

O Palacete dos Condes da Ponte é uma construção do século XIX e pertencia à família Melo e Torres, que ao longo de várias gerações esteve ao serviço da Casa Real. Ao longo dos anos o palacete serviu vários propósitos, tendo funcionado como o Colégio da Imaculada Conceição, também foi propriedade da família Posser de Andrade e, mais tarde, o edifício sofreu alterações de modo a albergar o Instituto de Higiene e Medicina Tropical e pavilhões do Hospital Egas Moniz (Cortez, 1994: 485). Desde o início do século XIX que a Administração do Porto de Lisboa ocupa o Palacete dos Condes da Ponte.

No n.º 66 da Rua da Junqueira encontrava-se o Palácio dos Condes da Ribeira Grande, um edifício do século XVIII, obra dos Marqueses de Nisa. O seu primeiro proprietário foi o 1º Marquês da Ribeira Grande, D. Francisco de Sales Gonçalves Zarco da Câmara. Este edifício é constituído por dois grandes pisos e um portão central que dá acesso aos jardins e à capela de Nossa Senhora do Carmo. Apesar de ter sofrido algumas obras com o passar dos anos, ainda mantém a sua base arquitetónica (Cortez, 1994: 484). O edifício funcionou como o Colégio Arriaga, frequentado pelos alunos vindos do Ultramar, mais tarde foi o Colégio Novo de Portugal. Chegou a ser o Liceu D. João de Castro, antes deste ter sido transferido para Belém, aí denominou-se Liceu Rainha D. Leonor, nome que se manteve após o 25 de abril de 1974, embora tenha passado a escola secundária, em vez de liceu. Hoje, é a escola secundária Rainha D. Amélia (Cortez, 1994: 484).

O Palácio de Burnay foi edificado por D. José César de Meneses, irmão do primeiro Conde de Sabugosa, no século XVII. Este espaço que em 1736 já estava rodeado por belos jardins, foi vendido, sofreu alterações colossais e passou por diversos proprietários e serviu diferentes propósitos:

“Depois do Terramoto de 1755, foi vendido à Patriarcal para residência de Verão dos prelados e a ele ligaram o seu nome D. Francisco de Saldanha, D. Fernando de Sousa e Silva e D. José Francisco de Mendonça. Em 1818 funcionou no palácio o seminário de S. João Baptista. (...) Em 1865, comprou-o D. Sebastião de Bourbon, filho da princesa da Beira, D. Maria Teresa, e do Infante de Espanha. D. Carlos de Bourbon. Morou nele, também, o Embaixador de Espanha, D. Alejandro de Castro. No final daquele século foi vendido ao banqueiro Henrique Burnay.” (Cortez, 1994: 484).

Na posse de Burnay, o palácio acabou a ser vendido e o seu recheio leiloado. É neste seguimento que o Estado adquire o imóvel em 1940 e dois anos mais tarde serviu para receber

o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Governo espanhol e a sua comitiva. Em 1944 instalou-se ali o Conselho Superior do Império Colonial, o Conselho Técnico de Fomento Colonial, a Junta das Missões Geográficas e a Inspeção Superior de Administração Colonial que desapareceram após o 25 de abril de 1974. Neste terreno instalou-se o Instituto Superior de Ciências Sociais que permanece até aos dias de hoje e o edifício e os seus jardins são considerados um Imóvel de Interesse Público desde 1982.

O Palácio Sabugosa, também conhecido por Quinta Cesária, como já foi referido, é uma construção do século XVI, fundado por Luís César de Meneses. Ao longo dos séculos foi sofrendo algumas alterações nos interiores por ordem dos condes que lá habitaram, também influenciados pelas vagas de urbanização que afetaram este espaço desde o século XIX. Embora a propriedade tenha sofrido como as inovações dos séculos e seu espaço tenha sido reduzido, ainda se mantém o seu cariz histórico, considerado um monumento de interesse público.

O Palacete da Rua Jau e o Palácio de Vale Flor ocupam o mesmo terreno, localizados no Alto de Santo Amaro, ambos foram um projeto da autoria de Nicolau Bigaglia, a pedido do Marquês de Valle Flor, José Constantino Dias. São uma representação da arquitetura eclética do início do século XX:

“O palacete apresenta-se desta forma como um testemunho importante da estética eclética neoclássica, bem como da obra de Bigaglia, conservando o património integrado original, nomeadamente a pintura mural, e contribuindo, juntamente com os espaços verdes envolventes, para a manutenção das características particulares do Alto de Santo Amaro.”
(Diário da República, 2.ª série, n.º 102, de 27 de maio de 2016).

O Palácio de Vale Flor é atualmente ocupado pela unidade hoteleira Pestana Palace Lisboa, está classificado como Monumento Nacional; no caso do Palacete da Rua Jau é um Monumento de Interesse Público.

Por último, a categoria de espaços verdes que inclui, na sua maioria, os jardins dos palácios que já foram tratados acima, com exceção do Jardim Avelar Brotero, que é um pequeno jardim de bairro do século XX.

Património Material: Espaços Verdes	
1.	Jardim Avelar Brotero
2.	Jardim da Casa de Duarte de Castro
3.	Jardim do Palácio Burnay
4.	Jardim do Palácio Vale Flor

Figura 8.4. O património cultural imaterial na freguesia de Alcântara, categoria de espaços verdes. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

O património cultural imóvel de Alcântara revela o passado real e industrial da freguesia. O conjunto de palácios maioritariamente do século XVIII coincide com a mudança da corte para a zona de Alcântara após o Terramoto de 1755, uma vez que o coração de Lisboa estava destruído. Foi na sequência deste evento que Alcântara foi a casa de novas fábricas e bairros económicos construídos para albergar a população operária. Os séculos XIX e XX, como comprovam os elementos acima mencionados, representam a história industrial da freguesia e as alterações urbanísticas que a mesma sofreu. Com a evolução desta área, os palácios acabaram por perder o seu valor nobre e passaram a albergar escolas, institutos superiores e administrativos.

Segundo a Direção Geral do Património Cultural estão classificados como Imóveis de Interesse Público, a Tapada da Ajuda, o edifício da Standard Elétrica, a antiga Escola Industrial do Marquês de Pombal, o Palácio de Burnay e o Salão Pompeia do antigo Palácio da Ega. Classificados como Monumentos Nacionais estão o Palácio de Vale Flor e a Capela de Santo Amaro e como Monumento de Interesse Público, o Palacete na Rua de Jau e o Palácio Sabugosa e seus jardins. Atualmente, estão Em Vias de Classificação, a Ponte 25 de abril e a antiga Unidade Industrial “A Napolitana”. Estes dados revelam que a narrativa recente sobre Alcântara não corresponde àquilo que é classificado enquanto bem com relevância patrimonial. Os artigos e estudos científicos mais recentes são baseados na história industrial da freguesia, havendo um grande foco neste passado recente, que acaba por ofuscar o que também está presente.

4.2. Manifestações culturais e quotidianos comunitários na freguesia de Alcântara

A freguesia de Alcântara é constituída por uma elevada percentagem de população idosa. Estas foram as pessoas que viram a sua zona adaptar-se às novas realidades.

Muitos destes moradores viram a freguesia transformar-se com o Estado Novo, com o 25 de abril e com os tempos modernos. A memória que prevalece na freguesia é a história industrial, a construção da ponte 25 de abril, a criação dos bairros económicos, os banhos nos balneários públicos, a romaria de Santo Amaro e o espírito republicano e antifascistas pelo qual os alcantarenses eram conhecidos no século passado. Atualmente, há certos acontecimentos e locais que revelam a história que os alcantarenses recordam como aquilo que a freguesia representa para eles, reforçando o que está estipulado na Convenção de Faro:

“Uma comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspectos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras” (Convenção de Faro, 2005).

O Palacete dos Condes de Burnay foi revitalizado e em outubro de 2020, a Junta de Freguesia de Alcântara inaugurou aqui a nova biblioteca de Alcântara, que funciona como um espaço cultural de cariz comunitário. Segundo os alcantarenses, esta iniciativa trouxe modernidade à freguesia, sendo um complemento à videoteca que já existia. A requalificação deste espaço foi uma obra da arquiteta Margarida Grácio Nunes, juntamente com uma peça no jardim do artista plástico José Pedro Croft.

“Na génese da sua requalificação e transformação em biblioteca esteve sempre a ideia de trabalhar as memórias republicana e antifascista, inerentes à vivência do bairro e à própria história do palacete. No início do século XX, Alcântara - bairro operário e popular - era um dos principais centros republicanos de Lisboa, onde se conspirava contra a monarquia e se planeavam formas de instaurar a república em Portugal” (Lusa, 2020).



Figura 9.4 – Biblioteca de Alcântara no Palacete dos Condes de Burnay. Fonte: Rádio Oxigénio⁹

A freguesia de Alcântara destaca-se pela sua história republicana e antifascista, não só pelo seu contributo para a Implantação da República em Portugal, a 5 de outubro de 1910, mas, por ter acolhido os grupos revolucionário reprimidos. Ficou, inclusive, na história da freguesia o assassinato do artista José Dias Coelho, pelos agentes da polícia política da ditadura, a PIDE, em dezembro de 1961. Este evento deu origem à música “A morte saiu à rua” de José Afonso,

⁹“Nova Biblioteca de Alcântara” (online), site oficial Rádio Oxigénio. Disponível em <https://www.oxigenio.fm/nova-biblioteca-de-alcantara/>, acedido a 22 out 2020

uma forma de preservar a memória do militante antifascista que sofreu nas mãos do regime. Ainda, na rua onde José Coelho faleceu, está uma pequena placa em sua honra (figura 10.4) e a rua ganhou o seu nome após o 25 de abril de 1974.

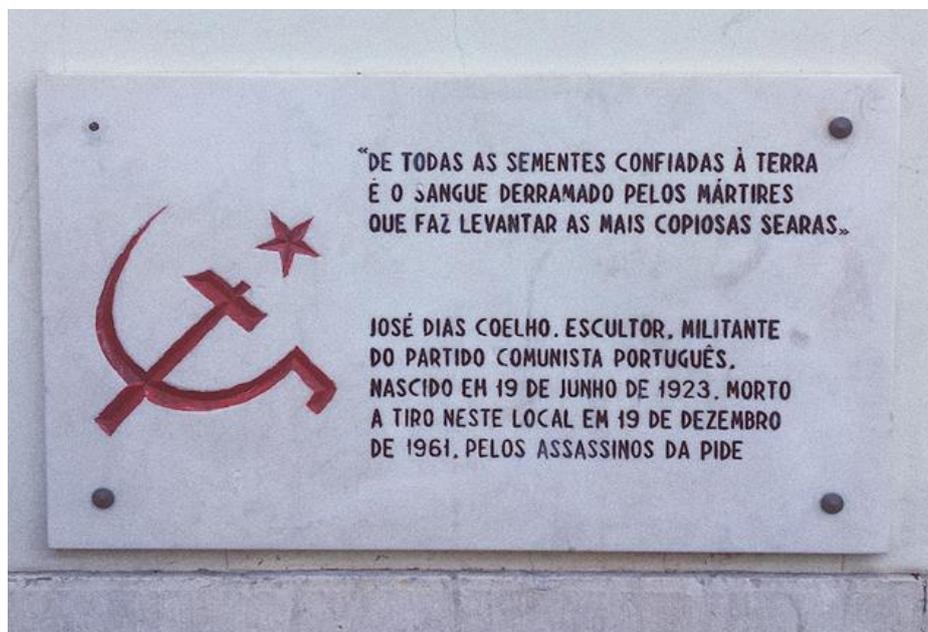


Figura 10.4. Placa em memória de José Dias Coelho na Rua José Dias Coelho, Alcântara, Lisboa. Foto da autora.

A biblioteca de Alcântara tem uma sala dedicada à história da freguesia e tem um total de cinco andares, possui jardim, galeria, espaço para famílias, loja, sala multiúso e uma vista para Alcântara e para o rio Tejo. Sendo um dos objetivos da biblioteca trazer a memória dos militantes antifascistas e de uma Alcântara republicana, o espaço alberga uma exposição de aquarelas de Emília Dias Coelho, irmã de José Dias Coelho e um teatro comunitário baseado na vida do mesmo, chamado “Zé” que evoca a relação com a memória de Alcântara (Lusa, 2020). Além desta necessidade de trazer até ao presente a memória do passado, também tencionam potenciar a leitura e a aprendizagem no espaço famílias e na sala de estudo – inspirada nas bibliotecas universitárias – onde se pode utilizar computadores fornecidos pela biblioteca ou o próprio. Ainda, possui uma cafetaria com jornais e revistas atualizados para entreter quem por lá passa. Esta iniciativa traz vitalidade, diversidade, história e cultura a Alcântara, é uma forma de preservar a memória daqueles que representaram a freguesia na luta republicana e mais tarde, antifascista e passar às gerações futuras aquilo que a Alcântara representa.

O balneário público na Rua Padre Adriano Botelho, é outro um elo entre os alcantarenses e a sua história. Foi aqui que muitos dos residentes mais velhos passaram parte do seu tempo na sua infância, pois nem todas as casas possuíam uma casa de banho na altura.

Para os idosos é um sítio de recordações e para os mais novos, que cresceram a ouvir as histórias deste local, é um elemento essencial para descrever a essência da freguesia. Pedro Cardoso, alcantarense, afirma:

“O balneário é um dos mais antigos do país e dos poucos que ainda não está fechado. Nunca fechou, esteve sempre no ativo e em Alcântara a população associa-se muito a ele”.¹⁰

Para os mais idosos, o balneário foi onde tomaram o primeiro banho, onde cresceram, um local onde famílias se cruzavam e por isso, uma representação do passado comum dos alcantarenses. Ainda que as casas sem casa de banho já não sejam uma realidade, muitas destas pessoas cuja rotina era dirigirem-se ao balneário público, levaram os seus filhos e netos a tomarem um banho ali. O balneário ainda é frequentado nos dias de hoje e memória dos banhos de criança vai passando de geração em geração.



Figura 11.4 – Balneário Público de Alcântara na Rua Padre Adriano Botelho. Fonte: Bloco Alcântara¹¹.

O Atlético Clube de Portugal, é clube desportivo que prevalece na memória dos alcantarenses que o viram conquistar diversos títulos nacionais. Este clube nasceu da fusão do

¹⁰ Entrevista a Pedro Cardoso, 29 anos, alcantarense, realizada em 4 nov 2020.

¹¹“Balneário de Alcântara” (online). Disponível em <https://blocoalcantara.wordpress.com/2011/02/07/balneario-de-alcantara/>, acessado a 12 nov 2020

Carcavelinhos Football Club e o União Foot-ball Lisboa, a 18 de setembro de 1942. No ceio do futebolismo português, onde os três grandes clubes lideraram desde a sua fundação os campeonatos no país, o Atlético veio destacar-se pelas suas conquistas e desempenho nas competições portuguesas. A jornada deste clube levou-o à conquista do grau de Oficial da Ordem Militar de Cristo, em 1951, pelos seus feitos culturais e desportivos em prol do desporto nacional. Mais tarde, em 1981, recebeu o estatuto de Instituição de Utilidade Pública. Ao longo da sua história, o Atlético destaca-se pelas três vitórias no Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Futebol de 1944/45, 1958/59 e 1967/68 e pela sua participação na Taça de Portugal por duas vezes, uma contra o Sporting Clube de Portugal em 1945/46 e a outra em 1948/49, contra o Sport Lisboa e Benfica. O Atlético lançou jogadores para o estrelato, como é o caso de Germano de Figueiredo, uma figura que os alcantarenses conhecem bem.

Germano começou a sua carreira no Atlético, mas rapidamente o seu sucesso levou-o a jogar para o Benfica e, mais tarde, para a seleção nacional. As conquistas de Germano de Figueiredo no desporto português foram também conquistas para os alcantarenses, conhecido na sua freguesia como “Mister Book”. O jogador faleceu em 2004, contudo os seus feitos predominam na memória da população local. Em homenagem a este atleta que Alcântara reconhece com carinho e recorda com saudade, foi inaugurada uma peça escultória da autoria de Miguel Figueiredo, na Rua de Alcântara. A figura representa o jogador com uma bola de futebol nos pés e um livro na mão, tal como era conhecido:

“Os Alcantarenses recordam com muito orgulho e saudade o grande Germano de Figueiredo e hoje freguesia que o viu nascer e morrer, deixa registado para memória futura quem foi o grande Germano de Figueiredo”.¹²

¹² “Homenagem a Germano de Figueiredo” (online), *Site oficial da Junta de Freguesia de Alcântara*. Disponível em: <https://www.jf-alcantara.pt/noticias/homenagem-germano-figueiredo/>, acessado a 8 nov 2020.



Figura 12.4. Estatueta em homenagem ao jogador de futebol Germano de Figueiredo, na Rua de Alcântara, Alcântara, Lisboa. Fonte: Junta de Freguesia de Alcântara¹³.

A Romaria de Santo Amaro é o evento do ano para os alcantarenses. Esta festa que traz música, comércio, dança e muita animação, faz parte das manifestações culturais de Alcântara e de Lisboa. Esta romaria acontece todos os anos, junto da capela de Santo Amaro e atrai milhares de pessoas para o grande arraial. Este acontecimento integra a época das Festas de Lisboa que acontecem em junho. Esta romaria é conhecida a nível nacional e chama sempre pessoas de fora a conhecerem a festa, a tradição e a freguesia de Alcântara. A Marcha de Alcântara da Sociedade Filarmónica Alunos Esperança é imprescindível para animar estas noites. As cantigas da marcha refletem a freguesia e a sua história:

“És de ferro nos carris,
És mercado e chafariz
És a ponte, és romaria
És um bairro de Alegria
És mui nobre, uma dama
És de gente que te ama
És da Terra, és do Mar
És de causas por lutar” (“Cá vem Alcântara”, Marcha de Alcântara 2019)

¹³“Homenagem a Germano de Figueiredo” (online), *Site oficial da Junta de Freguesia de Alcântara*. Disponível em: <https://www.jf-alcantara.pt/noticias/homenagem-germano-figueiredo/> , acedido a 8 nov 2020.

Uma vez que esta se trata de uma freguesia constituída, maioritariamente por população idosa, a Junta desenvolveu vários projetos de modo a incluir todas as gerações na representação e no desenvolvimento da freguesia de Alcântara. É com este sentimento de inclusão em mente que, em 2009, foi criada a Universidade Alcântara Sénior, a pensar nas pessoas com mais de 50 anos que procuram adquirir e partilhar conhecimentos e experiências. Os cursos proporcionados pela Universidade Sénior vão desde a informática, às línguas, ao bem-estar, história e cultura e artes manuais ainda, independentemente da disciplina, as tardes de sexta-feira estão sempre reservadas para uma visita de estudo. Além da Universidade, a Junta de Freguesia de Alcântara promove atividades para séniores como teatro, dança, coro e *tai chi chi kung*.

No seguimento da necessidade de incluir os mais velhos na vivência da freguesia, foi criado o autocarro “O Azulhinho” cujo propósito é passar pelos bairros de difícil acesso – Alvito, Alvito Velho, Cascalheira e Quinta do Jacinto – e permitir que todos os residentes tenham acesso a um transporte que lhes permita chegar a todas as partes da freguesia, seja centro de saúde, mercado, correios, banco ou apenas para darem um passeio. Para obter este serviço basta adquirir o Cartão Alcântara, que além de dar acesso ao Azulhinho, oferece desconto em cerca de 70 lojas de comércio tradicional, uma forma de incentivar à compra em estabelecimentos locais.

A instituição “Pró Alcântara, Associação de Solidariedade e Apoio Social”, criada a 18 de novembro de 2011, é uma associação sem fins lucrativos que apoia os idosos residentes na freguesia de Alcântara. Este projeto foi criado com o intuito de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos mais idosos, que muitas vezes se sentem sozinhos e estão isolados. Segundo Manuel de Faria Blanc, presidente desta associação:

“A nossa missão traduz-se em cinco linhas de intervenção: cuidar de quem necessita de apoio a realizar as tarefas diárias; prevenir a solidão e o isolamento dos idosos; ajudar as famílias a viverem a velhice e a doença de forma mais positiva e adaptada; evitar ou atrasar o internamento dos idosos em instituições; e atenuar a carência económica de muitos idosos e famílias de Alcântara” (Al-Qantara, 2017: 12)

Alcântara é uma freguesia que procura acolher os mais idosos, promover novos espaços de aprendizagem e de partilha, celebrar os seus antepassados e as suas lutas. Uma freguesia de memórias que prevalecem e são estimadas pelos alcantarenses. Ainda que a história de Alcântara seja muito mais do que aquilo que foi referido, para a sua comunidade, estes são os elementos que fazem da freguesia aquilo que ela é.

Tendo em conta todos os elementos patrimoniais abordados nesta dissertação, constata-se que é possível estabelecer mais do que uma narrativa para a freguesia de Alcântara. Atualmente, para os alcantarenses e para quem conhece esta área da cidade de Lisboa, vigora uma história industrial que marca a identidade da freguesia desde o final do século XIX até aos dias de hoje. A recolha de dados, quer através do sistema de informação para o património arquitetónico, quer junto da população local, permitiu identificar os diferentes núcleos que realmente representam Alcântara.

Destaca-se, em primeiro lugar, o núcleo industrial. Esta é a história que todos os alcantarenses conhecem, que estimam e que se identificam. As fábricas e os bairros económicos são a marca identitária dos alcantarenses e é este o tema que recentemente tem sido mais abordado nos artigos científicos quando se trata Alcântara.

Previamente ao aparecimento da indústria, Alcântara era uma área constituída por residências de férias de famílias nobres, que depois do terramoto de novembro de 1755, se tornaram residências oficiais. Estas habitações chegaram até aos dias de hoje, algumas abandonadas, outras ainda possuem o seu propósito inicial e outras foram reaproveitadas – como é o caso do Palacete da Ribeira Grande, o Palácio Burnay, o Palácio Vale-Flor, o Palácio Pessanha, o Palacete dos Condes da Ponte e a Casa da Junqueira. A presença destes elementos na freguesia reflete que existe, efetivamente, um núcleo de residências nobres que representam o passado – a nível histórico e arquitetónico – de Alcântara.

Os dados recolhidos apontam para a existência de um núcleo religioso na freguesia, que representa a história de Alcântara muito antes da presença das famílias nobres e da sua era industrial. Infelizmente, nem todos os elementos religiosos que existiram na freguesia, chegaram totalmente intactos aos dias de hoje. Alguns destes espaços deixaram de constituir um propósito religioso, mas ainda é possível apreciar a arquitetura destes locais, é o caso do Mosteiro do Monte do Calvário, onde agora se encontra a escola da polícia e do Convento da Nossa Senhora do Livramento, que atualmente alberga a Caixa Geral de Depósitos. O Mosteiro da Nossa Senhora da Quietação, que conta a história das Clarissas holandesas que fugiam das perseguições religiosas, hospeda desde 1890 até ao presente, a Real Irmandade da Nossa Senhora da Quietação. A Capela de Santo de Amaro é conhecida, principalmente, por ser o pano de fundo da Romaria de Santo Amaro que se realiza anualmente na freguesia. Este é o edifício religioso mais antigo de Alcântara, data 1549 e também é conhecido pela sua arquitetura peculiar e é considerado um Monumento Nacional. O último espaço religioso, é a Igreja de São Pedro em Alcântara, que foi uma consequência do terramoto de 1755, tendo sido

transferida de Alfama, para Alcântara devido aos acontecimentos e ali prevalece até aos dias de hoje.

Além da história religiosa, nobre e industrial que acompanha a freguesia, também há outros elementos que representam a essência da mesma. Assim, há que considerar o papel que Alcântara tem vindo a desenvolver desde o final do século XIX a nível social. No século XIX foram construídos chafarizes na freguesia que forneciam água potável à sua população e embora tenham caído em desuso, durante muito tempo foram uma necessidade para os moradores. Mais, foram construídos elementos de cariz educativo, como a Creche Vítor Manuel e a Escola Industrial Marquês de Pombal, esta última destaca-se por ter sido o primeiro exemplo, em Portugal, de um edifício construído de raiz cujo propósito seria albergar uma instituição de âmbito educativo. Ambos os edifícios prevalecem em Alcântara, ainda que tenham sofrido alterações. A linha de caminhos de ferro também se encontra nesta categoria por ter trazido mobilidade à freguesia e embora hoje, a Estação de Santo Amaro se tenha transformado no Museu da Carris, a freguesia agora possui duas estações de comboio – Alcântara Mar e Alcântara Terra – elétrico, autocarros da carris e o Azulinho, o autocarro da Junta. No século XX, foi edificado o Balneário Público que manteve a sua atividade até aos dias de hoje, sem nunca ter fechado as suas portas e por isso, além da utilidade pública, possui um valor sentimental para a freguesia. Ainda, tal como no século XIX, no século XX, também foram construídos elementos educativos – escolas primárias e liceus – que potenciaram a escolarização da população local. Além de todos os elementos já abordados, sendo que alguns destes edifícios são, de facto, considerados imóveis de interesse público pela Direção Geral de Património Cultural, também há que ter em conta os esforços mais recentes da Junta de Freguesia para proporcionar melhores condições aos seus habitantes. Por conseguinte, destaca-se a fundação da Universidade Sénior; a criação de um transporte que chega a todos os cantos da freguesia de modo a que todos os alcantarenses tenham um meio de transporte ao seu alcance; a instituição da Associação Pró Alcântara, cujo propósito é prestar apoio aos mais necessitados e a nova biblioteca, que além de um espaço de leitura e de estudo, é um centro comunitário e cultural. Assim, todos estes elementos constituem um núcleo social que está presente em Alcântara.

Em conclusão, Alcântara é constituída por vários núcleos que contemplam a história da freguesia: industrial, nobre, religioso e social. Apesar de a história industrial ser a mais recordada e a mais presente quer em estudos, como para a própria população local, essa é apenas uma parte da narrativa patrimonial de Alcântara. Neste sentido, a narrativa patrimonial desta freguesia tem de ter em conta todos os parâmetros da sua história.

CONCLUSÃO

A freguesia de Alcântara possui uma longa história que data ao século III, com a construção da ponte que unia as duas margens da Ribeira de Alcântara. Embora este bairro tenha tomado um maior destaque a partir do século XIX devido à industrialização e consequente povoação da área, esta freguesia do concelho de Lisboa conta com um passado crucial para a história de Portugal.

A investigação realizada no âmbito desta dissertação permitiu concluir que o passado industrial de Alcântara é dos temas mais abordados em termos de narrativa (a história que se conta) da freguesia. Este tema, contudo, antigamente não tinha a visibilidade e o reconhecimento que hoje lhe é atribuído. Na atualidade (primeira década do século XXI), verifica-se a existência de trabalhos de investigação e de projetos de conhecimento que abordam o passado industrial de Alcântara, desde a procura das razões históricas para a industrialização deste território, das consequências urbanas desta industrialização, a propostas para a reintegração destes valores históricos industriais no tecido vivo da freguesia, até mesmo ao nível do seu aproveitamento enquanto recurso turístico.

Alcântara não era uma área normalmente abordada na literatura produzida pelos eruditos dos séculos passados, em que o coração de Lisboa (Lisboa Pombalina, Baixa, Chiado, Bairro Alto) era quase sempre o palco dos acontecimentos. Apesar disso, conclui-se que, mesmo sem este reconhecimento, Alcântara foi motivo de inspiração para algumas obras literárias do século XIX. Por exemplo, Eça de Queirós ter-se-á inspirado no Palácio dos Sabugosa para descrever o Ramalhete n' *Os Maias*.

Esta dissertação procurou compreender a história de Alcântara desde a sua fundação, de modo a perceber em que é que realmente se traduz a identidade da freguesia. A recolha de informação tanto a nível bibliográfico, como junto da população local, apresentou a era industrial como a narrativa cultural presente na freguesia. A industrialização desta área é o marco mais significativo e impactante da história de Alcântara.

Tendo em mente todos os períodos da história de Alcântara e através do levantamento dos bens patrimoniais, materiais e imateriais, que estão presentes na freguesia, é possível identificar outras narrativas culturais. A recolha patrimonial passou pela divisão do património imóvel em cinco categorias – edifícios de uso urbano; equipamentos sociais; edifícios religiosos; edifícios nobres e espaços verdes. Analisando esta informação, juntamente com a recolha de informação relativamente aos quotidianos comunitários da freguesia, foi possível destacar quatro núcleos históricos que caracterizam Alcântara.

O núcleo industrial, mantém-se o mais relevante para os alcantarenses, onde se preserva a memória das fábricas, dos bairros operário e da sociedade industrial. Embora já existam poucos vestígios da grandiosidade das fábricas que um dia ocuparam a freguesia, hoje é possível conhecer o que no passado era a Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonense e a Gráfica Mirandela, sob a forma do *LX Factory* e do *Village Underground*, que mantêm uma identidade industrial e fabril na apropriação contemporânea que fazem do espaço. Esta área foi reaproveitada e tornou-se num dos espaços mais artísticos e atrativos da cidade de Lisboa. Também é possível encontrar, na Praceta CUF, uma chaminé que remota à antiga indústria, pertencente à Fábrica da CUF que ali existia, um detalhe que a Câmara Municipal de Lisboa quis preservar em memória dos tempos fabris daquele local. Além destes lugares onde visivelmente encontramos vestígios industriais, ainda prevalecem os bairros operários que foram criados como consequência da industrialização.

O núcleo nobre retrata Alcântara de 1600 até à industrialização. Uma área onde se estabeleceram casas nobres e o Paço Real de Alcântara. A maioria das habitações que albergaram as famílias nobres dos séculos XVI ao XVIII, e até mesmo a corte e realza, prevaleceram até à atualidade, sendo um reflexo da presença real na freguesia.

O núcleo religioso, é o mais antigo da história de Alcântara. Conta a história de Clarissas holandesas, de peregrinos e do Terramoto de 1755. A maioria dos espaços ainda podem ser visitados, sendo que alguns já não possuem as suas funções religiosas, restando apenas a arquitetura dos edifícios.

Por último, o núcleo social, o mais recente da história da freguesia. Desde o século XIX até aos dias de hoje que Alcântara tem desenvolvido elementos de apoio à população. Nesta categoria enquadram-se os chafarizes, as cresces e escolas, a linha de caminhos de ferro, os balneários públicos e, recentemente, a Universidade Sénior, o transporte dentro da freguesia, a biblioteca e associações cujo propósito é prestar auxílio à população local.

A freguesia de Alcântara apresenta os elementos necessários para promover um passado religioso, nobre, industrial e social. Estes núcleos interpretativos além de representarem a narrativa da freguesia, representam potenciais roteiros turísticos que podem ajudar a promover a área, uma vez que não existe um itinerário oficial para Alcântara.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Legislação e Convenções

Alves, Daniel R (2004), “Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX”, VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica, Lisboa. Disponível em <[RUN: Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX – SIGMA, SIG e Modelação de Dados Aplicados à História de Portugal \(unl.pt\)](#)>, acessido a 17 dez 2020.

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, *Diário da República*, Série I-A, n.º 209 de 8-9-2001 (Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural).

Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 216, de 8-11-2012 (Procede à reorganização administrativa de Lisboa).

Portaria n.º 160/2016, *Diário da República*, 2ª série, n.º 102, de 27-05-2016 (Classifica como Monumento de Interesse Público o Palacete da Rua Jau incluindo os anexos e todo o jardim murado que o envolve, na Rua Jau, 62 a 62 -B, e na Calçada de Santo Amaro, 87 a 91, Lisboa, freguesia de Alcântara, concelho e distrito de Lisboa).

Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 12 de setembro, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 177, de 12-09-2008 (Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de outubro de 2005).

UNESCO (1972), *Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural*, Paris, UNESCO.

Fontes Estatísticas e Inventários Patrimoniais

Antiga unidade industrial "A Napolitana" (online), DGPC – Património Imóvel classificados ou em vias de classificação. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/6574402/>, acessido a 12 nov 2020.

INE (2011), *Censos: alojamentos, famílias, pessoas residentes e pessoas presentes, segundo o tipo de alojamento*, Lisboa, INE. Disponível em: <https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_aloj> acessido a 20 ago 2020.

INE (2011), *Censos: edifícios, segundo o número de pisos, por tipo de edifício e número de alojamentos*, Lisboa, INE. Disponível em: <https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_edif>, acessido a 20 ago 2020.

INE (2011), *Censos: população residente, segundo grupo etário, por nível de escolaridade e sexo*, Lisboa, INE. Disponível em:

<https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao>, acessido a 20 ago 2020.

INE, “O que são os Censos?” (online). Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_o_que_sao, acessido a 3 set 2020. *Ponte 25 de abril* (online), DGPC – Património Imóvel classificado ou em vias de classificação. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/18933276>, acessido a 22 out 2020. *SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* (online), DGPC. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx.

Fontes Orais

Mafalda Mira, entrevistada por Margarida Duarte Silva, a 26 out 2020, por chamada telefónica.
Manuel Pereira, entrevistado por Margarida Duarte Silva, a 4 nov 2020, por chamada telefónica.
Maria Assunção Cardoso, entrevistado por Margarida Duarte Silva, a 4 nov 2020, por chamada telefónica.
Pedro Cardoso, entrevistado por Margarida Duarte Silva, a 4 nov 2020, por videoconferência

Outras Fontes

Andrade, José Sérgio Velloso D’ (1851), *Memoria sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos*, Lisboa. Disponível em <<https://archive.org/details/memoriasobrechaf00vell/page/n9/mode/2up>>, acessido a 26 out 2020.
Araújo, Norberto de (1950), *Inventário de Lisboa*, Fascículo VII, Lisboa, C.M.L. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/InventariodeLisboa/Fasc07/Fasc07_item1/P1.html>, acessido em 26 out 2020.
Araújo, Norberto de (1939), *Peregrinações em Lisboa*, Volume II, Livro 9, Parceria A.M. Ferreira.
Ataíde, Maia (coord) (1988), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Volume 5 (3), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa.
Berger, Roland (2019), *Plano Estratégico de Turismo para a Região de Lisboa 2020-2024. Relatório Final*, Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa/Turismo de Lisboa. Disponível em https://www.lisboa.pt/fileadmin/atualidade/noticias/user_upload/Relatorio_Final_Plano_Estrategico_-2020-2024_compressed.pdf, acessido a 9 out 2020.
Bordalo, F.M. (1863), *Novo Guia do Viajante de Lisboa e seus arredores*, 2ª edição, Lisboa, J.J. Bordalo.
Pessoa, Fernando (2011[1925]), *Lisboa: o que o turista deve ver. What the tourist should see*, Lisboa, Livros Horizonte.
Castro, Bruna (2018), “Os encantos de Alcântara” (online), Lisboa Secreta. Disponível em: <https://lisboasecreta.co/alcantara/>, acessido a 12 out 2020.

“Chafariz da Junqueira ou da Cordoaria” (Online), Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em <https://informacoeseeservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/chafariz-da-junqueira-ou-da-cordoaria> , acessido a 22 out 2020.

Esperança, Sociedade Filarmónica Alunos (2019), “Cá vem Alcântara”, *Sou Bairrista*, Alcântara, p.14.

“Freguesia de Alcântara” (online), *Lisboa Aberta - Câmara Municipal de Lisboa*. Disponível em: <http://lisboaaberta.cm-lisboa.pt/index.php/pt/informacao-de-base-e-cartografia> , acessido a 30 ago 2020.

Freitas, Jordão de (1946), “Paço Real de Alcântara” In *Olissipo Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*, ano IX, nº36. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olissipo/1946/N36/N36_item1/P1.html , acessido a 12 out 2020.

Gomes, Catarina (2016), “O palácio que desviou os pilares” (online), *O Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/08/07/sociedade/reportagem/o-palacio-que-desviou-os-pilares-1739817> , acessido a 20 out 2020.

“História” (online), Site oficial Atlético Clube de Portugal. Disponível em: <https://www.atleticoep.pt/pt/historia> , acessido a 6 nov 2020.

“História da Empresa” (online), Site oficial da Fábrica Sant’Anna. Disponível em <http://www.santanna.com.pt/pt/historia> , acessido em 22 out 2020.

“Homenagem a Germano de Figueiredo” (online), Site oficial da Junta de Freguesia de Alcântara. Disponível em: <https://www.jf-alcantara.pt/noticias/homenagem-germano-figueiredo/> , acessido a 8 nov 2020.

“Lisboa Card”, Turismo de Lisboa (online). Disponível em https://www.visitlisboa.com/pt-pt/shop/lisbon-card?gclid=CjwKCAjwqML6BRAHEiwAdquMnffilAmC3Gt6HETip46wxhQO_i1RBiNT-592RKGndwYeBhl0TqGCsRoCx3AQAvD_BwE , acessido a 26 out 2020.

“Lisbon Week’20-21” (online). Disponível em <https://www.lisbonweek.com/pt/program>, acessido a 12 nov 2020.

Lusa (2020), “Biblioteca de Alcântara abre como espaço cultural comunitário em Lisboa” (online), O Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/10/03/culturaipilon/noticia/biblioteca-alcantara-abre-espaco-cultural-comunitario-lisboa-1933876> , acessido a 4 out 2020.

Lusa (2020), “Antiga fábrica A Napolitana em Lisboa proposta para monumento de interesse público” (online), O Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/07/07/local/noticia/antiga-fabrica-napolitana-lisboa-proposta-monumento-interesse-publico-1923371>, acessido a 22 out 2020.

“Nominees”, World Travel Awards (online). Disponível em <https://www.worldtravelawards.com/profile-8079-turismo-de-lisboa>, acessido a 10 nov 2020.

“Nova Biblioteca de Alcântara” (online), site oficial Rádio Oxigénio. Disponível em <https://www.oxigenio.fm/nova-biblioteca-de-alcantara/>, acessido a 22 out 2020.

Maia, Ana Marques (2019), “Carris: a bordo de um eléctrico chamado nostalgia” (online), O Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/01/23/fotogaleria/carris-392504>, acessado a 14 out 2020.

“Mapeando os recursos urbanos de Alcântara” (online), Academia cidadã. Disponível em <https://academiacidada.org/mapeando-os-recursos-urbanos-alcantara/>, acessado a 12 nov 2020.

“Mapeando o património cultural do Cabrinha” (online), Academia cidadã. Disponível em <https://academiacidada.org/mapeando-patrimonio-cultural-do-cabrinha/>, acessado a 12 nov 2020.

Queiroz, Eça de (1936), Os Maias, Volume 1, 12.^a edição, Lisboa, Lello & Irmãos Editores;

“Romaria de Santo Amaro: Fernando Medina no arraial de Alcântara” (online), Câmara Municipal de Lisboa, Disponível em: <https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/romaria-de-santo-amaro-fernando-medina-no-arraial-de-alcantara>, acessado a 10 nov 2020.

Silva, Augusto Vieira da (1942), “A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças: notícia histórica” In *Olisipo: boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*, ano V, nº18. Disponível em [Hemeroteca Digital - Olisipo : boletim do Grupo "Amigos de Lisboa" \(cm-lisboa.pt\)](http://hemeroteca.digilab.cm-lisboa.pt), acessado a 12 out 2020.

Silva, Augusto Vieira da (1968), *Dispensos*, volume I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, Rebelo da (1862), “Batalha da Ponte de Alcântara 1580”, *Archivo Pittoresco Semanário Ilustrado*, Tomo V (7, 8 e 9), pp 41-43; 49-51; 58.

BIBLIOGRAFIA

Alessandrini, Nunziatella (2015), “Italianos em bairros de Lisboa (século XVII)”, In Fonseca, Jorge (coord.), *Lisboa na Encruzilhada de Povos e Culturas*, Cadernos do Arquivo Municipal, Lisboa, pp. 109-125.

Alessandrini, Nunziatella e Pedro Flor (2013), “Indícios, sinais e moradas dos italianos “estantes” em Lisboa (séc. XVI)”, In Alessandrini, Nunziatella, et al., *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se ne pò Lisboa dos italianos: história e arte (sécs. XIV-XVIII)*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Universidade de Lisboa, pp. 103-121.

Alves, Miriam (2007), “O Balneário” (online). Disponível em: <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem/sic/2007-12-20-o-balneario>, acessado a 4 nov 2020

Amado, Davide (dir) (2017), “Nós na Comunidade”, *AL-QANTARA*, 3^a série (13), pp. 12-13.

“Balneário de Alcântara” (online). Disponível em <https://blocoalcantara.wordpress.com/2011/02/07/balneario-de-alcantara/>, acessado a 12 nov 2020.

Bessa, Carlos (1994), “Alcântara (Batalha de)”, In Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, volume VIII, Lisboa, pp.29-32.

- Blerk, Jade Van (2019), FEST Survey on Storytelling in Heritage, Federation of European Storytelling. Disponível em https://fest-network.eu/wp-content/uploads/2018/10/FEST-Heritage-Storytelling-Survey-2019_2.pdf.
- Botelho, Luís Silveira (1994), “Escola Industrial Marquês de Pombal (Antiga)”, In Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), Dicionário da História de Lisboa, volume VIII, Lisboa, pp. 346-347.
- Carvalho, Cláudia Lima (2018), “Alcântara: nove coisas que tem de fazer à beira-rio” (online), Time Out. Disponível em: <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/coisas-para-fazer/alcantara-seis-coisas-que-tem-de-fazer-a-beira-rio> , acessado a 12 out 2020.
- Choay, Françoise (2014), Alegoria do Património, Lisboa, Edições 70.
- Cortez, Maria do Carmo (1994), “Alto da Ajuda” In Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), Dicionário da História de Lisboa, volume VIII, Lisboa, pp. 45-50.
- Cortez, Maria do Carmo (1994), “Junqueira (Rua da)” In Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), Dicionário da História de Lisboa, volume VIII, Lisboa, pp.482-490.
- Costa, Mário (1950), Feiras e Outros Divertimentos Populares de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Cunha, Meira da (1981-1983), Guia A Capital: Bairros de Lisboa, Lisboa, imp. EPNC- Oficinas Gráficas.
- Custódio, Jorge (1994), “Alcântara (indústria)”, In Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), Dicionário da História de Lisboa, volume VIII, Lisboa, pp.32-34.
- Custódio, Jorge (1994), “Reflexos da industrialização na fisionomia da cidade: O mundo industrial na Lisboa Oitocentista”, In Moita, Irisalva (coord.), O Livro de Lisboa, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 435-492.
- Fernandes, Abílio et al. (1992), Lisboa e a Eletricidade, Lisboa, EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
- Freire, João Paulo (1929), Alcântara: apontamentos para uma monografia, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Galvão-Telles, João Bernardo (2014), O palácio do Fiúza: memória de uma residência nobre em Alcântara, no termo de Lisboa, Lisboa, Abreu Loureiro Correia de Matos Galvão Teles.
- Hems, Alison e Marion Blockley (eds) (2006), Heritage Interpretation, Issues in Heritage Management, New York, Routledge.
- Holtorf, Cornelius (2011), “The Changing Contribution of Cultural Heritage to Society” in The Social Benefits of Heritage, Museum International, vol LXII, nº1-2.
- Jorge, Maria Júlia (1994), “Calvário (Sítio do)”, In Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), Dicionário da História de Lisboa, volume VIII, Lisboa, pp.199-201.
- Labrador, Angela M. (2011), “Vistas in Common: Sharing Stories about Heritage Landscapes” in The Social Benefits of Heritage, Museum International, vol LXII, nº1-2.
- Le Goff, Jacques (2000), História e Memória, IIº Volume História, Lisboa, Edições 70.

- Pereira, Virgílio Borges, João Queirós, Sérgio Dias da Silva e Tiago Castro Lemos (2018), Casas económicas e casas desmontáveis. Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo” In Ricardo Costa Agarez (dir), Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Pistola, Renato (2009), Alcântara, a Evolução Industrial de meados do século XIX ao final da Iª República, Dissertação de Mestrado em História, Lisboa, UNL/FCSH.
- Rebello, Celina de Jesus da Silva (2013), Balneários Públicos de Lisboa Expressão de Garantia dos Direitos Sociais?, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Rodrigues, Catherine da Silveira (2016), A transformação da área industrial de Alcântara: dois casos de estudo: Alcântara-rio e Lx Factory, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa.
- Rodrigues, Teresa (1994), “Ponte sobre o Tejo” In Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), Dicionário da História de Lisboa, volume VIII, Lisboa, pp. 720-721.
- Santana, Francisco e Eduardo Sucena (dir.) (1994), Dicionário da História de Lisboa, Volume VIII, Lisboa.
- Seixas, Maria Augusta (2012), As Operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República, Lisboa, UMAR, Junta de Freguesia de Alcântara.
- Silveira, Ana Cláudia Oliveira (2017), “Alcântara: um moinho de maré medieval no termo de Lisboa (séculos XIII a XVIII),” *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série (8), pp. 55 – 84.
- “Sobre o Mercado de Alcântara” (online). Disponível em <https://mercadodealcantara.wordpress.com/sobre/>, acessado a 22 out 2020.
- Tilden, Freeman (1957), *Interpreting Our Heritage*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- Valente, Anabela (coord) (2011), *Nova Proposta Administrativa para Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Pelouro da Cultura/Direção Municipal de Cultura/Gabinete de Estudos Olissiponenses.
- Vidal, Frédéric (2014), “Urban transformation and diffusion of tourist practices: visiting Alcântara at the turn of the twentieth century” in *Journal of Tourism and Cultural Change*, Vol. 12, Nº2, pp. 118–132.
- Zarrilli, Luca e Brito, Miguel (2017), “Lisbon and the Alcântara neighbourhood changes; is tourism invading or renovating?” in *GeoJournal of Tourism and Geosites* vol. 20, nº2, pp.254-271.